TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação
Av. Raja Gabáglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185

Ofício n.: 10855/2022
Processo n.: 1091953 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 29 de junho de 2022.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 439/2022
Data: 11/07/2022 Hora: 14:24:03
Natureza: Prestação de Contas

Ao Excelentíssimo Senhor
Antônio Osvaldo Inácio
Presidente da Câmara Municipal de Monte Sião

Senhor Presidente,

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.ª que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 26/04/2022, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 03/05/2022.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do ***Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP***, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Respeitosamente,

Giovana Lamelrinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE
Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br
Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público-SIMP, ligar para (31) 3348-2196

SLR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo nº.:	**1091953**
Natureza:	**PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**
Relator:	**CONS. GILBERTO DINIZ**
Competência:	**SEGUNDA CÂMARA**
Motivo:	**DISTRIBUIÇÃO AO RELATOR**
Data/Hora:	**15/06/2020 18:30:13**

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 28/10/2020 16:34:16

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, Número do Empenho: 41, 581, 1726, 2322, 2323

Relação de Empenhos

[1] A coluna **Valor Empenhado (A)** já contempla a valor da **Anulação do Empenho**.

Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho[1]	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)
41	02/01/2019	01.020080-9.12.365.0020.2032.3.3.90.30.20	HALLEY ALAN C DE ANDRADE EPP	1.438,50	0,00	1.438,50	1.438,50	0,00	0,00
Histórico do Empenho: Aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO para atender as necessidades da Prefeitura de Monte Sião.									
581	21/01/2019	01.020080-9.12.361.0022.2378.3.3.90.30.01	OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN (FILIAL 03)	13.370,86	73.799,14	13.370,86	13.370,86	0,00	0,00
Histórico do Empenho: Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000964/18 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2019 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Nº Mod.: 2 - Mod. Formatada: 2									
1726	25/03/2019	01.020080-9.12.361.0021.2148.3.3.90.32.99	RIC PAN COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	24.745,00	0,00	24.745,00	24.745,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: DESPESA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OVOS DE PASCOA PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.									
2322	30/04/2019	01.020080-9.12.122.0018.2169.3.1.90.16.00	FOLHA DE PAGAMENTO -(SERVIDORES)	39.782,66	1.467,08	39.782,66	39.782,66	0,00	0,00
Histórico do Empenho: Folha									
2323	30/04/2019	01.020080-9.12.365.0019.2173.3.1.90.16.00	FOLHA DE PAGAMENTO -(SERVIDORES)	110.912,47	21.370,17	110.912,47	110.912,47	0,00	0,00
Histórico do Empenho: Folha									
			Total por Órgão	**190.249,49**	**96.636,39**	**190.249,49**	**190.249,49**	**0,00**	**0,00**
			Total	**190.249,49**	**96.636,39**	**190.249,49**	**190.249,49**	**0,00**	**0,00**

[1] A coluna **Valor Empenhado (A)** já contempla a valor da **Anulação do Empenho**.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução 22/2012 da Presidência da República. A autenticidade deste documento pode ser verificada em https://www.tce.mg.gov.br/validacaodocumento mediante o código de validação 1F4A1

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art.180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 04/2017.

Prefeito(s)

Nome	Periodo	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
JOSE POCAI JUNIOR	01/01/2019 até 31/12/2019	314.366.926-87	ANTONIO GUARINI, - 37.580-000	11619553 - SSPMG	gestor@montesiao.mg.gov.br	(0035)3465-2583

Responsáveis pela Contabilidade

Nome	Periodo	CPF	Endereço	CRC	Email	Telefone
MARCOS ROGERIO DA SILVA	01/01/2019 até 31/12/2019	033.999.186-07	PROCOPIO DA COSTA COELHO,NOSSA S APARECIDA - 37.550-000	091104/O-3	dpcontabilidade@montesiao.mg.gov.br	(0035)9905-2536

Responsáveis pelo Controle Interno

Nome	Periodo	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
MARCELO FERRARI	01/01/2019 até 31/12/2019	041.696.876-71	ZONA RURAL,GUARDINHA - 37.580-000	320428655 - SSPMG	controleinterno@montesiao.mg.com.br	(0035)3465-1030

Documento assinado eletronicamente por Marcelo Ferrari, em 07/01/2020 às 15:37:01, conforme Resolução 12/2012 e Portaria Normativa 4/2012. Acesse http://www.tce.mg.gov.br/validador e informe o código verificador: 1000000000000

CACGM/DCEM
FL nº _____
_____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2019 foi aprovada sob o nº 002486

Receita Prevista e Despesa Fixada: 70.000.000,00

2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Descrição	Nº da Lei	Data da Lei	Percentual Autorizado	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
Lei Orçamentária Anual	002486	13/12/2018	35,00	24.500.000,00	21.983.481,76	
Total				24.500.000,00	21.983.481,76	0,00
Demais Autorizações da LOA						
Total						0,00
Outras Leis autorizativas para Abertura de Créditos Suplementares						
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2523	31/05/19		130.000,00	128.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2534	07/08/19		550.000,00	550.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2538	22/08/19		1.698.351,44	1.698.351,44	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2541	11/09/19		131.659,71	131.659,71	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2544	26/09/19		4.056.489,55	4.056.489,55	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2545	26/09/19		218.613,06	218.613,06	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2546	26/09/19		188.390,00	188.390,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2552	24/10/19		19.777,00	19.777,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2554	06/11/19		310.000,00	310.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2563	20/12/19		320.000,00	320.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	2565	20/12/19		756.301,58	756.301,58	0,00
Total						0,00
Créditos Suplementares Irregulares						0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	30.211.064,10
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	150.000,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	**30.361.064,10**

Conclusão do Item:
Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

Considerações:

A Lei Orçamentária autoriza um percentual superior a 30% do valor orçado para abrir créditos suplementares. Este elevado percentual aproxima-se, na prática, de concessão ilimitada de créditos suplementares, presumindo-se a falta de planejamento da municipalidade. Tal procedimento caracteriza desvirtuamento do orçamento-programa, pondo em risco os objetivos e metas governamentais traçados pela Administração Pública.

Recomendações:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Embora não haja na legislação norma que limite o percentual máximo do orçamento para abertura de créditos suplementares, isso não significa, contudo, tolerância com autorizações abusivas, visto que o planejamento e a transparência são diretrizes que devem nortear a gestão pública (art. 1º, § 1º, LRF). Dessa forma, recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo que cumpra, com eficácia, as regras legais e constitucionais e adote medidas para aprimorar o planejamento municipal, a fim de evitar a suplementação excessiva de dotações. Para tanto, ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Municipal, deve estabelecer, com razoabilidade, índices de autorização para abertura de créditos suplementares. Ao Poder Legislativo recomenda-se, que, ao apreciar e votar o Projeto de Lei Orçamentária Municipal, observe com cautela os índices de autorização para suplementação de dotações pelo Município para que a prática vigente não se repita.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Nº da Lei	Data da Lei		Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
2490	30/01/19		10.000,00	10.000,00	0,00
2492	20/02/19		149.150,00	147.150,00	0,00
2493	20/02/19		647.104,00	647.104,00	0,00
2496	27/02/19		189.900,00	189.900,00	0,00
2497	14/03/19		134.423,72	134.423,72	0,00
2498	14/03/19		100.000,00	100.000,00	0,00
2499	14/03/19		90.201,27	90.201,27	0,00
2501	20/03/19		746.638,00	746.638,00	0,00
2502	20/03/19		70.000,00	70.000,00	0,00
2504	26/03/19		52.000,00	52.000,00	0,00
2505	26/03/19		12.368,95	12.368,95	0,00
2515	16/05/19		170.000,00	170.000,00	0,00
2516	16/05/19		450.000,00	450.000,00	0,00
2517	16/05/19		55.000,00	55.000,00	0,00
2518	16/05/19		100.000,00	100.000,00	0,00
2524	10/06/2019		478,69	478,69	0,00
2527	19/06/19		6.092,49	6.092,49	0,00
2528	25/06/19		168.274,60	168.274,60	0,00
2529	19/06/19	[illegible]	[illegible]	130.000,00	0,00
2531	12/07/19		200.000,00	200.000,00	0,00
2532	12/07/2019		20.000,00	20.000,00	0,00
2539	27/08/19		45.140,00	45.140,00	0,00
2547	26/09/19		300.000,00	300.000,00	0,00
2549	10/10/19		150.000,00	150.000,00	0,00
2551	24/10/19		141.819,48	141.819,48	0,00
2555	06/11/19		43.188,58	43.188,58	0,00
2557	20/11/19		190.000,00	190.000,00	0,00
2558	06/12/19		6.000,00	6.000,00	0,00
2564	20/12/2019		187.200,00	163.260,00	0,00
Créditos Especiais Irregulares					0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
_____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Créditos Especiais Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	1.501.475,00
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	459.900,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	2.577.664,78
Créditos Especiais Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Especiais Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	**4.539.039,78**

Conclusão do Item:
Item Regular:

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

Considerações:

Conforme análise das Leis ns. 2524, 2532 e 2564 que apresentaram abertura de crédito irregulares, verificou-se que o valor autorizativo foi preenchido de forma diferente do encontrado no texto da Lei, motivo que gerou a abertura de créditos irregulares. Após constatação, foi realizada a devida retificação no PCA Análise. Ressalta-se que a Lei n. 2564, no art. 3º, autorizou a suplementação de até 20% (vinte por cento) do valor das dotações criadas pela respectiva Lei, valor não somado no preenchimento inicial pelo jurisdicionado.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8°, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
100 - Recursos Ordinários	3.134.654,95	0,00	0,00	21.810.663,01	20.395.324,70	1.415.338,31	0,00
118/119 - Transferências do Fundeb	2.864.065,70	150.000,00	0,00	12.944.800,00	12.885.126,62	59.673,38	0,00
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	1.670,30	0,00	0,00	250.000,00	205.813,28	44.186,72	0,00
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	37,28	0,00	0,00	420.000,00	3.372,55	416.627,45	0,00
124 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	11.158,87	0,00	0,00	4.911.000,00	1.737.321,67	3.173.678,33	0,00
143 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	42,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	189.900,00	189.900,00	451.900,00	204.409,87	247.490,13	0,00
147 - Transferência do Salário-Educação	128.097,35	0,00	0,00	912.800,00	791.497,49	121.302,51	0,00
148/149/150/151/152 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	296.277,30	0,00	0,00	2.350.000,00	1.385.466,56	964.533,44	0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
_____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8°, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
153 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	583.218,04	270.000,00	0,00	270.000,00	146.200,00	123.800,00	0,00
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	113.745,23	0,00	0,00	42.000,00	9.297,70	32.702,30	0,00
157 - Multas de Trânsito	186,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160 - Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção	923.160,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			189.900,00				0,00

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$ 189.900,00 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Entretanto, não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afasta-se o apontamento.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
00 - Recursos Ordinários	29.851.915,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Serviços de Saúde	348.662,01	200.000,00	0,00	200.000,00	197.033,15	2.966,85	0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	15.993,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	2.323.822,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/19 - Transferências do Fundeb	41.344,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	130.802,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	0,00	426,14	426,14	107.714,00	41.609,34	66.104,66	0,00
29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	134.423,72	134.423,72	134.423,72	44.345,05	90.078,67	44.345,05
42 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	8.433,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	2.059,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
44 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	226.775,63	190.000,00	0,00	190.000,00	91.049,22	98.950,78	0,00
45 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	54.448,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	111.708,90	42.608,56	0,00	42.608,56	42.608,56	0,00	0,00
47 - Transferência do Salário-Educação	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	148.106,95	151.893,05	148.106,95
48/49/50/51/52 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.547.296,61	846.638,00	0,00	846.638,00	634.032,69	212.605,31	0,00
53 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	2.023.749,82	450.000,00	0,00	1.870.000,00	1.242.431,89	627.568,11	0,00
54 - Outras Transferências de Recursos do SUS	14.717,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	389.685,05	257.475,87	0,00	257.475,87	133.369,81	124.106,06	0,00
57 - Multas de Trânsito	0,00	6.092,49	6.092,49	6.092,49	0,00	6.092,49	0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
92 - Alienação de Bens	40.278,08	150.000,00	109.721,92	150.000,00	97.500,00	52.500,00	57.221,92
Total			550.664,27				249.673,92

Conclusão do Item:
Item Regular:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$ 550.664,27, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R$ 249.673,92 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular. Entretanto, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados, afasta-se o apontamento.

Considerações:

Tendo em vista a Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2019, na qual estabeleceu no §7º do art. 1° que na aferição do cumprimento das disposições previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, devem ser observadas a materialidade, risco e a relevância dos valores apontados como irregulares, passou-se a análise:

Valor Total da Receita Liquida (A):..... R$66.240.360,95
Despesas Empenhadas sem Recursos (B):..... R$249.673,92
Materialidade das Despesas Empenhadas sem Recursos [C= (B/A)*100)]:.....0,3769%

Nesse sentido, diante da materialidade, risco e relevância das despesas empenhadas sem recursos, afasta-se o apontamento.

2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art, 167 CR 1988 c/c § único do art 8°, LRF)

Créditos Concedidos (A)	Despesa Empenhada (B)	Despesa Excedente (B-A)
74.714.852,64	64.726.079,14	0,00

Obs.: Os Créditos concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).
Conclusão do Item:
Item Regular:

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8° da LC 101/2000.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Abertura de créditos adicionais - utilização de fontes incompatíveis.

Conclusão do Item:

Não foram detectadas alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, atendendo ao disposto na Consulta nº 932477/14 - TCEMG.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Descrição		Percentual	Valor
Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)			42.445.437,61
Repasse Concedido			2.800.000,00
(-) Numerário Devolvido			250.000,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas			0,00
Total do Repasse Concedido		6,01	2.550.000,00
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)		7,00	2.971.180,63
Percentual Excedente e Valor Excedente		0,00	0,00

Informações Complementares

População*	23803
Número de Vereadores	11
Inciso conforme Caput Art. 29-A	I

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

Conclusão do Item:
Item Regular:

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput c/c inciso I do §2º do artigo 29A da CR/88.

Considerações:

Verificou-se que houve divergência entre os valores informados pela Prefeitura e Câmara Municipal relativo ao valor total do repasse e devolução de numerário. Enquanto a Prefeitura informou um valor de repasse de R$2.566.666,63 e devolução de R$16.666,63, a Câmara informou o valor de repasse de R$2.800.000,00 e de devolução de R$250.000,00. Considerou-se nesta análise o valor de R$2.800.000,00 para o valor do repasse e R$250.000,00 para devolução de numerário informados pela Câmara Municipal, tendo em vista as informações constantes nos Demonstrativos do Sicom/Consulta das Despesas Extraorçamentárias-Pagamentos (Câmara e Prefeitura) e das Transferências Financeiras, anexos à PCA Análise.

Recomendações

Recomenda-se que, em exercícios subsequentes, a Prefeitura Municipal atente para os históricos do lançamento contábil referente a devolução de numerário, nesta análise, o mesmo está com o histórico do lançamento contábil informando repasse quando deveria informar devolução.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	5.500.963,66
1.1.1.8.01.1.2 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	50.515,11
1.1.1.8.01.1.3 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	355.326,98
1.1.1.8.01.1.4 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	134.850,81
Sub Total	**6.041.656,56**
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO -INTER VIVOS- DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	1.141.966,15
Sub Total	**1.141.966,15**
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.570.076,21
1.1.1.8.02.3.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA	18.816,83
1.1.1.8.02.3.3 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	7.489,13
1.1.1.8.02.3.4 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.866,77
Sub Total	**1.601.248,94**
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	904.025,68
1.1.1.3.03.4.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	35.377,87
Sub Total	**939.403,55**
1.5 - Receita resultante do Imposto T[illegible]I)	
Sub Total	**0,00**
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto Óleo Diesel	
Sub Total	**0,00**
Total	**9.724.275,20**

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1.7.1.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	17.655.085,28
1.7.1.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	779.151,57
1.7.1.8.01.4.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	750.365,56
1.7.1.8.01.5.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	46.782,90
1.7.1.8.06.1.1 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	9.865.347,65
1.7.2.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	3.067.959,00
1.7.2.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	120.404,14
Total	**32.285.096,10**
TOTAL DAS RECEITAS	**42.009.371,30**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0018 - GESTAO COMPARTILHADA	873.444,79	3.911,30	25.223,98	902.580,07
Sub Total	**873.444,79**	**3.911,30**	**25.223,98**	**902.580,07**
361 - Ensino Fundamental				
0022 - LEVA E TRAZ ESCOLAR	1.156.620,04	269,58	33.370,86	1.190.260,48
0021 - DESPERTANDO PARA O SABER	1.561.021,99	1.600,00	151.199,78	1.713.821,77
Sub Total	**2.717.642,03**	**1.869,58**	**184.570,64**	**2.904.082,25**
365 - Educação Infantil				
0020 - DESCOBRINDO O MUNDO - PRE-ESCOLA	309.781,80	230,00	1.105,54	311.117,34
0022 - LEVA E TRAZ ESCOLAR	174.933,14	3.688,82	5.607,56	184.229,52
0019 - CUIDANDO, BRINCANDO E APRENDENDO - CRECHE	2.069.023,76	0,00	44.674,31	2.113.698,07
0040 - ACESSO PARA TODOS	74.544,00	0,00	8.136,00	82.680,00
Sub Total	**2.628.282,70**	**3.918,82**	**59.523,41**	**2.691.724,93**
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
Glosa				
DESPESAS NÃO PERTINENTES	-190.249,49	0,00	0,00	-190.249,49
Sub Total			**0,00**	**-190.249,49**
12 - Total Educação	6.029.120,03	9.699,70	269.318,03	6.308.137,76

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	6.029.120,03
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	6.151.113,90
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	279.017,73
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	12.459.251,66
Disponibilidade Bruta de Caixa (D)	58.877,92
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	89.075,54
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (H = D - E - F + G)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - H)	279.017,73
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	0,00
Total Aplicado (K = C - I + J)	**12.180.233,93**
*** se H menor ou igual a R$ 0,00, então R$ 0,00.**	

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	-	42.009.371,30
L - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	10.502.342,83
K - Valor da Aplicação	28,99	12.180.233,93
M - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (M = K - L)		1.677.891,10

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Conclusão do Item:
Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,99% da Receita Base de Cálculo.

Considerações:

1. Constatou-se que para pagamentos das despesas foi utilizada somente uma conta bancária, ora considerada como aplicação na MDE. Sendo feito em conta corrente bancária específica, identificado e escriturado de forma individualizada por fonte, conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da INTC n. 13/2008.

2. A partir da análise das despesas com recursos próprios com a MDE, foi glosado o valor de R$190.249,49 por se tratar de despesas não pertinentes, conforme relatório de empenhos anexo à PCA. Verificou-se, nos históricos informados pelo Município, que os empenhos glosados foram de aplicação genérica, não sendo possível identificar que eles foram alocados ou se referem ao setor de educação, em face do disposto no art. 6º, I, da INTC n. 13/2008.

Documento gerado por meio de software livre, conforme disposições contidas na Instrução Provisória 2300-2/2001, na Resolução 1.2/2012 e na Decisão Normativa 01/2012-1, ela verificável eletronicamente e de validade das assinaturas garantida em verificação no endereço www.tce.mg.gov.br, mediante verificador: PCA44133

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	22.655.050,93
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	1.368.143,81
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	10.192.144,82
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	2.692.981,80
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	205.813,28
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	309.348,19
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	56.248,27
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	203.829,85
147 - Transferência do Salário-Educação	791.497,49
244 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	91.049,22
247 - Transferência do Salário-Educação	148.106,95
292 - Alienação de Bens	97.500,00
Sub Total	**16.156.663,68**
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	**0,00**
Total das Exclusões (B)	**16.156.663,68**
Total após exclusões (C = A - B)	6.498.387,25
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	6.151.113,90
Total das Despesas (E = C + D)	12.649.501,15

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	279.017,73
Disponibilidade Bruta de Caixa (G)	58.877,92
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	89.075,54
Valores Restituíveis a Recolher (I)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (J)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (K = G - H - I + J)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem Disponibilidade de Caixa (L = F - K)	279.017,73
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (M)	0,00
Total Aplicado (N = E - L + M)	**12.370.483,42**
*** se K menor ou igual a R$ 0,00, então R$ 0,00.**	

Documento gerado a partir do sistema do TCEMG. A eficácia deste documento está condicionada à validação das assinaturas qualificadas constantes no rodapé. Para verificar a validade das assinaturas acesse https://www.tce.mg.gov.br/validador e envie o arquivo PDF original.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	5.500.963,66
1.1.1.8.01.1.2 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	50.515,11
1.1.1.8.01.1.3 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	355.326,98
1.1.1.8.01.1.4 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	134.850,81
Sub Total	**6.041.656,56**
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO -INTER VIVOS- DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	1.141.966,15
Sub Total	**1.141.966,15**
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.570.076,21
1.1.1.8.02.3.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA	18.816,83
1.1.1.8.02.3.3 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	7.489,13
1.1.1.8.02.3.4 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.866,77
Sub Total	**1.601.248,94**
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	904.025,68
1.1.1.3.03.4.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	35.377,87
Sub Total	**939.403,55**
1.5 - Receita resultante do Imposto T[illegible]I)	
Sub Total	**0,00**
Total	**9.724.275,20**
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1.7.1.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	17.655.085,28
1.7.1.8.01.5.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	46.782,90
1.7.1.8.06.1.1 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	9.865.347,65
1.7.2.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	3.067.959,00
1.7.2.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	120.404,14
Total	**30.755.578,97**
TOTAL DAS RECEITAS	**40.479.854,17**

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0005 - GESTAO DO SUS MUNICIPAL	658.785,86	359,10	14.231,36	673.376,32
Sub Total	**658.785,86**	**359,10**	**14.231,36**	**673.376,32**
301 - Atenção Básica				
0072 - SAUDE BUCAL	200.304,27	0,00	6.151,32	206.455,59
0007 - SAUDE PREVINIDA POPULACAO SAUDAVEL	2.276.645,91	920,00	23.475,18	2.301.041,09
Sub Total	**2.476.950,18**	**920,00**	**29.626,50**	**2.507.496,68**
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
0070 - BIOLAB	136.099,57	0,00	1.261,08	137.360,65
0015 - SAUDE PARA TODOS	7.436.610,28	699.752,21	301.111,65	8.437.474,14
0006 - TRANSPORTE DE SAUDE COM QUALIDADE	1.635.289,13	350,00	124.159,52	1.759.798,65
Sub Total	**9.207.998,98**	**700.102,21**	**426.532,25**	**10.334.633,44**
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
0062 - ACONCHEGO	52.000,00	0,00	0,00	52.000,00
0008 - FARMACIA POPULAR MEDICAMENTOS PARA TODOS	610.577,12	12.740,40	66.515,99	689.833,51
Sub Total	**662.577,12**	**12.740,40**	**66.515,99**	**741.833,51**
304 - Vigilância Sanitária				
0012 - VIGILANCIA EM SAUDE	[illegible]	[illegible]	3.605,56	99.324,72
Sub Total	**95.719,16**	**0,00**	**3.605,56**	**99.324,72**
305 - Vigilância Epidemiológica				
0014 - AMIGOS DO CORACAO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
0012 - VIGILANCIA EM SAUDE	316.930,02	0,00	4.046,87	320.976,89
Sub Total	**331.930,02**	**0,00**	**4.046,87**	**335.976,89**
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	13.433.961,32	714.121,71	544.558,53	14.692.641,56

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	13.433.961,32
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.258.680,24
Subtotal (C = A + B)	14.692.641,56
Disponibilidade Bruta de Caixa (D)	29.986,09
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	497.546,72
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (H = D - E - F + G)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - H)	1.258.680,24
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	0,00
Total Aplicado (K = C - I + J)	**13.433.961,32**
*** se H menor ou igual a R$ 0,00, então R$ 0,00.**	

Exercício Atual

Descrição		Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	-	40.479.854,17
L - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	6.071.978,13
K - Valor da Aplicação	33,19	13.433.961,32
M - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (M = K - L)		7.361.983,19

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Conclusão do Item:
Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 33,19% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Considerações:

1. Para pagamento das despesas com recursos próprios, constatou-se que foram utilizados recursos movimentados por meio das contas bancárias n.27-6 MOVIMENTO e 349-9 - SAUDE 15%. Ressalta-se que esses pagamentos foram considerados como aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), uma vez que denotam tratar-se de contas representativas de recursos pertinentes à Receita Base de Cálculo (RBC) e/ou tenham recebido transferências dessas contas.

Recomendações:

As despesas com ASPS devem ser empenhadas e pagas utilizando-se somente as fontes de receitas 102 e 202 e a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica e serem identificados e escriturados de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, como também de forma a atender o disposto na Lei n. 8080/1990, LC n. 141/2012 c/c os arts. 2º, §§ 1º e 2º e 8º, da INTC n. 19/2008.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, instituída no Sistema Processo 2202-2/2011, no Protocolo 1.0/2012 e no Decreto Municipal nº 1.0/2012. Um no mesmo horário/data e o relatório dos assinantes pode ser verificado no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador: 1.PCN4153

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	18.656.202,78
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	284,87
112 - Serviços de Saúde	170.941,35
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	3.320,00
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	1.377.365,56
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	8.101,00
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	146.200,00
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	9.297,70
212 - Serviços de Saúde	197.033,15
223 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	41.183,20
248 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	317.459,45
249 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	316.573,24
253 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	1.242.431,89
255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	133.369,81
Sub Total	**3.963.561,22**
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes, subfunções e [illegible] entos de despesas não pertinentes	
Sub Total	**0,00**
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	**0,00**
Total das Exclusões (B)	**3.963.561,22**
Total após exclusões (C = A - B)	14.692.641,56

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	1.258.680,24
Disponibilidade Bruta de Caixa (E)	29.986,09
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	497.546,72
Valores Restituíveis a Recolher (G)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (H)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (I = E - F - G + H)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem Disponibilidade de Caixa (J = D - I)	1.258.680,24
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = C - J + K)	**13.433.961,32**
*** se I menor ou igual a R$ 0,00, então R$ 0,00.**	

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme dispositivo contido na Portaria Presidência 2300-2/2011, no Resolução n.2/2012 e no Decreto Normativo n.7/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas podem ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n.PCP44133.

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	32.668.457,84	1.348.479,35	34.016.937,19
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	30.903.044,84	1.348.479,35	32.251.524,19
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	30.903.044,84	1.348.479,35	32.251.524,19
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	177.620,82	0,00	177.620,82
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	177.620,82	0,00	177.620,82
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	342.596,91	0,00	342.596,91
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	342.596,91	0,00	342.596,91
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	5.524.429,44	94.250,78	5.618.680,22
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.301.498,74	0,00	1.301.498,74
3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%)	575.446,62	0,00	575.446,62
3.1.90.04.99 - Outros	3.647.484,08	94.250,78	3.741.734,86
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	19.048.155,07	1.040.417,42	20.088.572,49
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	6.976.693,06	0,00	6.976.693,06
3.1.90.11.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: até 40%)	450.813,40	0,00	450.813,40
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	9.379.731,91	147.256,95	9.526.988,86
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	1.619.984,90	575.835,95	2.195.820,85
3.1.90.11.06 - Subsídio de Vereador	0,00	282.066,24	282.066,24
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	200.096,04	0,00	200.096,04
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	61.230,48	0,00	61.230,48
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	359.605,28	0,00	359.605,28
3.1.90.11.10 - Subsídio de Presidente da Câmara	0,00	35.258,28	35.258,28

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	4.311.736,38	213.811,15	4.525.547,53
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	2.616.828,09	213.811,15	2.830.639,24
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	1.523.971,85	0,00	1.523.971,85
3.1.90.13.05 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (até 40%)	170.007,21	0,00	170.007,21
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações	929,23	0,00	929,23
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.319.821,29	0,00	1.319.821,29
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.319.821,29	0,00	1.319.821,29
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	178.684,93	0,00	178.684,93
3.1.90.94.01 - Indenizações por Demissão de Servidores ou Empregados	132.660,83	0,00	132.660,83
3.1.90.94.03 - Restituições e Outras Indenizações Trabalhistas	46.024,10	0,00	46.024,10
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	1.765.413,00	0,00	1.765.413,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	1.765.413,00	0,00	1.765.413,00
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1.765.413,00	0,00	1.765.413,00
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1.765.413,00	0,00	1.765.413,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	178.684,93	0,00	178.684,93
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	178.684,93	0,00	178.684,93
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	32.489.772,91	1.348.479,35	33.838.252,26

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme Resolução Normativa nº 003/2012, no Processo nº 1091953 e no Documento Numérico nº 1152012. Acesse http://www.tce.mg.gov.br/validar, verificador: PCA41153

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	69.991.166,76
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	6.151.113,90
Sub Total	**6.151.113,90**
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
99 - Outras Deduções	262.228,29
98 - Retificações	84.963,03
92 - Restituições	27.961,33
Sub Total	**375.152,65**
Total	**6.526.266,55**
Exclusões	
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	**0,00**
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	**0,00**
Receitas Corrente Intraorçamentária	
Sub Total	**0,00**
Total	**0,00**
Receita Corrente Líquida do Município	63.464.900,21
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (Art 166, §13 da CF)	270.000,00
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo)	63.194.900,21

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	34.125.246,11	3.791.694,01	37.916.940,13
Total da Despesa com Pessoal	32.489.772,91	1.348.479,35	33.838.252,26
% Aplicado	51,41	2,13	53,54
% Excedente	0,00	0,00	0,00

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Conclusão do Item:
Poder Executivo
Item Regular:

O Poder Executivo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 51,41% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Poder Legislativo
Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,13% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Município
Item Regular:

O Município obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 53,54% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Documento gerado ou meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Instrução Provisória 2.000.2020/1, no Resolução n.5.867/12, e no Decreto Estadual n.47.627/19. Use os recursos disponíveis e a validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.tce.mg.gov.br, exceto o certificado A1 (PC-Fiscal).

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Considerações:

1. Conforme disposto nos §§ 5° e 6° do art. 1° da Ordem de Serviço Conjunta n° 02, de 18 de dezembro de 2019, acrescentou-se ao total da Receita Corrente Líquida os valores devidos pelo Estado aos Municípios relativos ao IPVA e ao ICMS do exercício de 2019, sendo:

Valores devidos na assinatura do acordo:
ICMS 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (a).....R$364.271,99
IPVA 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (b) .....R$573.202,56

Liminares pagas e/ou Bloqueios judiciais compensados:
ICMS e IPVA 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (c).....R$0,00
ICMS 2018 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (d)*.....R$0,00

Total a ser ajustado na RCL [e = (a+b)-(c+d)]**.....R$937.474,55

2. Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal (com valores do IPVA e do ICMS não recebidos pelos Municípios:

Receita Corrente Líquida do Município.....R$63.464.900,21
(+/-) Total a ser ajustado na RCL (e) .....R$937.474,55
(-) Transferências Advindas de Emendas.....R$270.000,00
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo).....R$64.132.374,76

Documento assinado ou visto no site do Tribunal de Contas conforme disposto no artigo 4º, II da Portaria Normativa nº 01/2012 e no Decreto Municipal nº 4.750/2013. Os documentos assinados e os detalhes dos assinantes podem ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador e: PCA44232

Descrição Poder Executivo
Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R$34.631.482,37
Total da Despesa com Pessoal.....R$32.489.772,91
% Aplicado.....50,66%
% Excedente.....0,00%

Descrição Poder Legislativo
Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R$3.847.942,49
Total da Despesa com Pessoal.....R$1.348.479,35
% Aplicado.....2,10%
% Excedente.....0,00%

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Descrição Município

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R$38.479.424,86

Total da Despesa com Pessoal.....R$33.838.252,26

% Aplicado.....52,76%

% Excedente.....0,00%

* ICMS 2018 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (d): foram valores relativo ao exercício de 2018 e cuja arrecadação se deu de forma efetiva em 2019, de forma que é necessária essa exclusão para fins de controle, haja vista que por ocasião da avaliação das contas de 2018, esta unidade técnica realizou esse ajuste positivamente na RCL de 2018 do respectivo município, sendo agora necessário o devido estorno para evitar duplicidade.

** Total a ser ajustado na RCL (e): estes valores são para fins de apuração dos gastos com pessoal, conforme §§ 5° e 6° do art. 1° da Ordem de Serviço Conjunta n° 02 de 2019.

Documento assinado via Hash do certificado digital conforme disposto na Instrução Normativa 2.103-2019, de 8 de agosto de 2019, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Acesse https://www.tce.mg.gov.br/validardocumento e informe o código verificador: PGPM4433

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953
7 - Relatório de Controle Interno (art. 2°, caput e § 2°, art. 3°, § 6° e art. 4°, caput, da INTC 04/17)

O Parecer do Controle Interno foi pela regularidade das contas
Conclusão do Item:
Item Regular:

O Relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº
VISTO

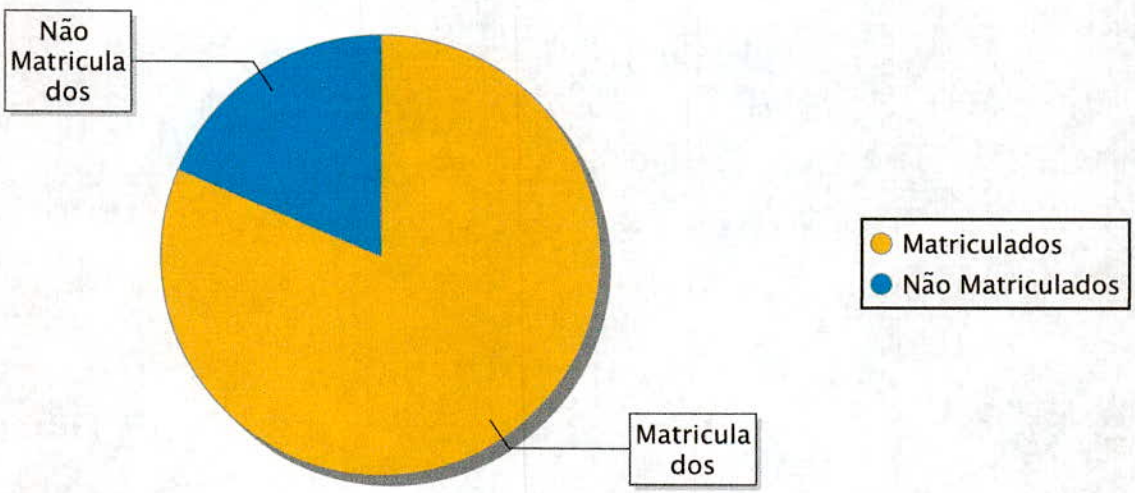
Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.

A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

População de 4 a 5 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
590	480



Fonte: TC educa

https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio

Conclusão do Item:

O município não cumpriu integralmente a meta estabelecida para o exercício de 2016. Ressalta-se que, até o exercício de 2019, essa meta não tinha ainda sido cumprida, tendo alcançado o percentual 81.36%.

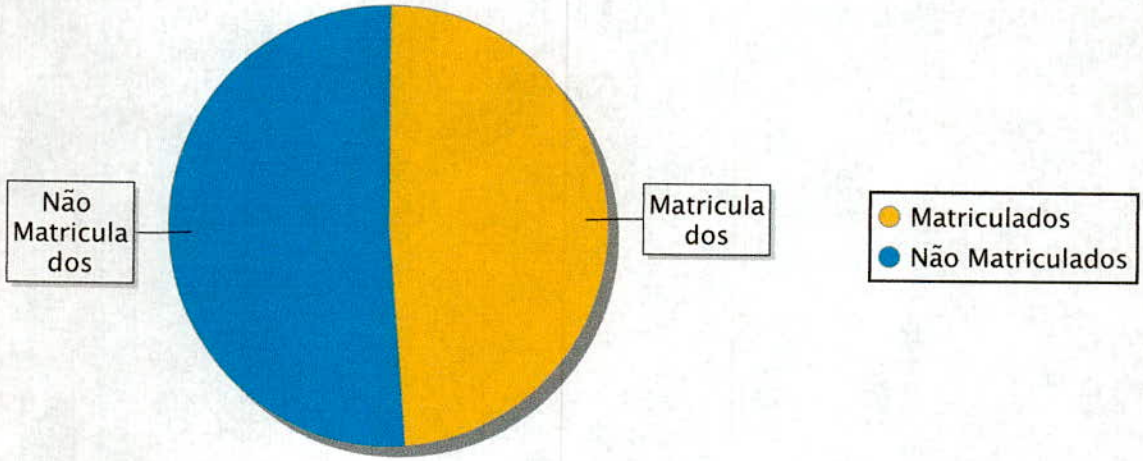
Recomendações:

Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

B - Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024.

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

População de 0 a 3 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
1067	520



Fonte: TC educa

https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio

Conclusão do Item:

O município cumpriu, até o exercício de 2019, o percentual de 48.73% no tocante a oferta em creches para crianças de 0(zero) a 3(três) anos, devendo atingir no mínimo 50% até 2024, conforme disposto na Lei nº 13.005/2014.

META 18 - Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/ de 2008.

Modalidade da Educação Básica

Modalidade da Educação Básica Piso Nacional (40 horas semanais): RR 2.557,74	Valor Pago Pelo Município
Creche	R$ 1.918,28
Pré Escola	R$ 1.918,28
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	R$ 1.918,28

Fonte: I-EDUC

Questionário Educação - IEGM - Portal SICOM

Conclusão do Item:

O município não observa o piso salarial profissional nacional previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado pelo MEC, para exercício de 2019, em 4,17% (o percentual utilizado pelo MEC para reajuste do Piso Nacional é o mesmo utilizado para cálculo do valor aluno/ano que resulta dos critérios definidos conforme Portarias MEC/MF de nºs 08/2017 e 06/2018).

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

Recomendações:

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2019 pelo MEC, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CACGM/DCEM
FL nº
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

9 - Resultado obtido pelo município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais agrega ao parecer prévio sobre as contas do Prefeito municipal o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal que tem por objetivo avaliar os meios empregados pelo governo municipal para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão do município em 7 (sete) grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

Consoante estabelece a Apostila de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, elaborada em 2013 pela ENAP, um bom indicador deve possuir, entre outros, os seguintes atributos: a) Estabilidade: permitindo monitoramentos comparações coerentes; b) Confiabilidade metodológica: os métodos de coleta e processamento devem ser confiáveis c) Confiabilidade da fonte: a fonte de dados fornece o indicador com precisão e exatidão. Objetivando garantir essas propriedades, o IEGM busca refletir a situação da gestão no momento da apuração, verificada por meio de questionário aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas aos jurisdicionados e pelos dados encaminhados através SICOM disponíveis em 30/06/2020, data de apuração do índice.

Após a ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões - calculada conforme metodologia única adotada nacionalmente -, o Município é enquadrado em uma das cinco faixas de resultado que obedecem aos seguintes critérios:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

A tabela a seguir apresenta uma série histórica dos resultados gerais alcançados pelo Município, nos sete indicadores, os quais estão sujeitos a alterações em razão de outras ações de fiscalização, tais como emissão de parecer prévio referente à Prestação de Contas Anual, inspeções, auditorias, denúncias, representações etc.

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

DIMENSÃO	2015	2016	2017	2018	2019
i-Amb	C	C	C	C	C
i-Cidade	B+	C	C+	C	C
i-Educ	B+	B	B	B	C
i-Fiscal	C	C+	B	B	B
i-Gov TI	C	C	C	C	C
i-Planejamento	C+	C+	B	C	C+
i-Saúde	C	B	C+	B	C+
Resultado final	C+	C+	B	C+	C+

O Tribunal de Contas ao apresentar os resultados do IEGM, no âmbito do parecer prévio emitido sobre as contas anuais do chefe do Poder Executivo, amplia o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública , possibilitando possíveis correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as demandas da sociedade.

Documento gerado no meio de certificação digital conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, no Resolução 4.2.0/2012 e no Decreto Municipal 4.750/2013, de forma a manter inviolabilidade e a validade dos documentos juntados, bem verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador: 4_PCA/19

CACGM/DCEM
Fl. nº
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8°, LRF)

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$ 189.900,00 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Entretanto, não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afasta-se o apontamento.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$ 550.664,27, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R$ 249.673,92 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular. Entretanto, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados, afasta-se o apontamento.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art, 167 CR 1988 c/c § único do art 8°, LRF)

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8° da LC 101/2000.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput c/c inciso I do §2º do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,99% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

Foi aplicado o percentual de 33,19% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Poder Executivo

O Poder Executivo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 51,41% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,13% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Município

O Município obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 53,54% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2°, caput e § 2°, art. 3°, § 6° e art. 4°, caput, da INTC 04/17)

O Relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

CONCLUSÃO:

Com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, após a análise da prestação de contas apresentada, propõe-se a aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art.45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

RECOMENDAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Embora não haja na legislação norma que limite o percentual máximo do orçamento para abertura de créditos suplementares, isso não significa, contudo, tolerância com autorizações abusivas, visto que o planejamento e a transparência são diretrizes que devem nortear a gestão pública (art. 1º, § 1º, LRF). Dessa forma, recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo que cumpra, com eficácia, as regras legais e constitucionais e adote medidas para aprimorar o planejamento municipal, a fim de evitar a suplementação excessiva de dotações. Para tanto, ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Municipal, deve estabelecer, com razoabilidade, índices de autorização para abertura de créditos suplementares. Ao Poder Legislativo recomenda-se, que, ao apreciar e votar o Projeto de Lei Orçamentária Municipal, observe com cautela os índices de autorização para suplementação de dotações pelo Município para que a prática vigente não se repita.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

Recomenda-se que, em exercícios subsequentes, a Prefeitura Municipal atente para os históricos do lançamento contábil referente a devolução de numerário, nesta análise, o mesmo está com o histórico do lançamento contábil informando repasse quando deveria informar devolução.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

As despesas com ASPS devem ser empenhadas e pagas utilizando-se somente as fontes de receitas 102 e 202 e a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica e serem identificados e escriturados de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, como também de forma a atender o disposto na Lei n. 8080/1990, LC n. 141/2012 c/c os arts. 2º, §§ 1º e 2º e 8º, da INTC n. 19/2008.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Não foram detectadas alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, atendendo ao disposto na Consulta nº 932477/14 - TCEMG.

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014) - A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

O município não cumpriu integralmente a meta estabelecida para o exercício de 2016. Ressalta-se que, até o exercício de 2019, essa meta não tinha ainda sido cumprida, tendo alcançado o percentual 81.36%.

Documento assinado por meio de certificado digital conforme Resolução publicada no Diário Oficial de Contas nº 2.560/2021, de 15/12/2021, que institui o Processo Administrativo Eletrônico no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil - PROCTC_BRASIL. Para verificar a autenticidade acesse o endereço https://portal.tce.mg.gov.br/autenticidade e informe o código verificador: 1.2.179.1.1.1.

Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014) - Modalidade da Educação Básica

O município não observa o piso salarial profissional nacional previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado pelo MEC, para exercício de 2019, em 4,17% (o percentual utilizado pelo MEC para reajuste do Piso Nacional é o mesmo utilizado para cálculo do valor aluno/ano que resulta dos critérios definidos conforme Portarias MEC/MF de nºs 08/2017 e 06/2018).

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2019 pelo MEC, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.

CACGM/DCEM
Fl. nº _____
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

Documento assinado por meio de certificado digital conforme disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001, no Decreto nº 5.911/2012 e na Deliberação Normativa nº 655/2017. Ele no modelo numérico e a validade das assinaturas e dados nele verificados no endereço www.tce.mg.gov.br/, código verificador: PCN44252

CACGM/DCEM, em 03/11/2020

Nome: Obede Nascimento Braga

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 32295

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município: Monte Sião **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1091953

Remessas

Informamos que a prestação de contas foi consolidada dia 16/06/2020 e teve por base as seguintes remessas:

Órgão(s)

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
AIP-794551742-FEV; AIP-794985313-MAR; AIP-797589277-MAI; AIP-800226048-JUN; AIP-803433110-JUL; AIP-823136476-DEZ; AM-794505437-JAN; AM-794949653-FEV; AM-795208888-MAR; AM-795483317-ABR; AM-799219187-MAI; AM-800644355-JUN; AM-804325016-JUL; AM-807804822-AGO; AM-811437266-SET; AM-813967207-OUT; AM-816966709-NOV; AM-823259377-DEZ; DCASP-836875990-; IP-770759990-JAN
02 - CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO
AM-775783067-JAN; AM-777215961-FEV; AM-784159300-MAR; AM-791566410-ABR; AM-795332180-MAI; AM-799178637-JUN; AM-803126924-JUL; AM-806009607-AGO; AM-809094177-SET; AM-815210324-OUT; AM-815849254-NOV; AM-819384088-DEZ

Documento assinado via meio de certificado digital, conforme disposto em Decreto Presidencial 2900-2001, na Resolução 1.2.2.2012 e na Decisão Normativa 1.2.2.2011. Para verificar a autenticidade acesse o site https://www.tce.mg.gov.br/ e informe o código verificador 1.2.2.2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios

CACGM/DCEM
FL nº _____
VISTO

Município:	Monte Sião	**Exercício:**	2019
Nº do Processo:	1091953		

Em 02/12/2020, encaminho a análise técnica à elevada consideração do Exmo. Sr. Relator, nos termos da Resolução TC nº 12/08 de 19/12/2008.

José Clemente Maria Ferreira Santos

Coordenador

TC 31876

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA46329

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data de Geração:** 28/10/2020 15:39:29

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios , Região de Planejamento: Sul , Órgão: Todos , Natureza da Receita: 1.1.1.2.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS, 1.1.1.3.03.1.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO, 1.1.1.3.03.4.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS, 1.1.1.8.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR...

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - (Art 29-A, CR/88)

Mostra / Ocultar Todos

Receitas Arrecadadas	Realizada (A)
1.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS CORRENTES	**42.452.958,24**
1.1.0.0.00.0.0 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**12.987.119,18**
1.1.1.0.00.0.0 - IMPOSTOS	**9.794.343,15**
1.1.1.3.00.0.0 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	**951.643,89**
1.1.1.3.03.0.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	**951.643,89**
1.1.1.3.03.1.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	**895.829,86**
1.1.1.3.03.4.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	**55.814,03**
1.1.1.8.00.0.0 - IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS,DF E MUNICÍPIOS	**8.842.699,26**
1.1.1.8.01.0.0 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	**7.201.454,80**
1.1.1.8.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	**6.380.923,07**
1.1.1.8.01.4.0 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	**820.531,73**
1.1.1.8.02.0.0 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	**1.641.244,46**
1.1.1.8.02.3.0 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	**1.641.244,46**
1.1.2.0.00.0.0 - TAXAS	**3.192.776,03**
1.1.2.1.00.0.0 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	**2.064.805,40**
1.1.2.1.01.0.0 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	**2.064.805,40**
1.1.2.1.01.1.0 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	**2.064.805,40**
1.1.2.2.00.0.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**1.127.970,63**
1.1.2.2.01.0.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**1.127.970,63**
1.1.2.2.01.1.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**1.127.970,63**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43858

Receitas Arrecadadas	Realizada (A)
1.7.0.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.465.839,06
1.7.1.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	17.708.604,46
1.7.1.8.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	17.708.604,46
1.7.1.8.01.0.0 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	17.663.130,82
1.7.1.8.01.2.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	16.216.620,50
1.7.1.8.01.3.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO	720.243,18
1.7.1.8.01.4.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO	702.707,12
1.7.1.8.01.5.0 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	23.560,02
1.7.1.8.06.0.0 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	45.473,64
1.7.1.8.06.1.0 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	45.473,64
1.7.2.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	11.757.234,60
1.7.2.8.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	11.757.234,60
1.7.2.8.01.0.0 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	11.757.234,60
1.7.2.8.01.1.0 - COTA-PARTE DO ICMS	7.979.778,32
1.7.2.8.01.2.0 - COTA-PARTE DO IPVA	3.606.098,30
1.7.2.8.01.3.0 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	128.059,43
1.7.2.8.01.4.0 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	43.298,55
Total Receitas	**42.452.958,24**

Deduções das Receitas	Realizada (A)
92 - Restituições	7.520,63
1.1.1.8.01.4.0 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	7.086,19
1.1.1.8.02.3.0 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	434,44
Total Deduções	**7.520,63**

Arrecadação Municipal - Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)	**42.445.437,61**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43858

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 28/10/2020 15:20:53

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul , Órgão: Todos

Comparativo da Receita Prevista com a Realizada

Número da Lei Orçamentária: 002486 **Data da Lei:** 13/12/2018 **Data de Publicação:** 13/12/2018

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	Realizada até o Período (C)	Índice Realizado (C/A)	Saldo (D=A-C)
1.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS CORRENTES	70.874.000,00	70.874.000,00	69.991.166,76	69.991.166,76	00,99	882.833,24
2.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	5.273.000,00	5.273.000,00	2.805.222,60	2.805.222,60	00,53	2.467.777,40
Total Bruto :	**76.147.000,00**	**76.147.000,00**	**72.796.389,36**	**72.796.389,36**	**00,96**	**3.350.610,64**
92-Restituições	-8.000,00	-8.000,00	-28.424,04	-28.424,04	03,55	20.424,04
95-FUNDEB	-6.139.000,00	-6.139.000,00	-6.151.113,90	-6.151.113,90	01,00	12.113,90
98-Retificações	0,00	0,00	-84.963,03	-84.963,03	00,00	84.963,03
99-Outras Deduções	0,00	0,00	-291.527,44	-291.527,44	00,00	291.527,44
Total Deduções :	**-6.147.000,00**	**-6.147.000,00**	**-6.556.028,41**	**-6.556.028,41**	**01,07**	**409.028,41**
Valor Total da Receita Líquida (Total Bruto - Total Deduções) :	**70.000.000,00**	**70.000.000,00**	**66.240.360,95**	**66.240.360,95**	**00,95**	**3.759.639,05**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43857

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 03/11/2020 11:01:50

Histórico das Remessas: 02/11/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Relação de Extraorçamentária

Despesa Extraorçamentária

Órgão	Tipo de Lançamento	Ordem de Pagamento		Credor	Valor			Fonte de Recurso	Conta Bancária	Pagamento (A - B + C)
		Número	Data		Retenção (A)	Anulação (B)	Líquido (C)			
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	704	18/01/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	790	20/02/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA44032

Despesa Extraorçamentária										
Órgão	Tipo de Lançamento	Ordem de Pagamento		Credor	Valor			Fonte de Recurso	Conta Bancária	Pagamento (A - B + C)
		Número	Data		Retenção (A)	Anulação (B)	Líquido (C)			
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	2030	20/03/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	2808	18/04/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	3592	20/05/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA44032

Despesa Extraorçamentária

Órgão	Tipo de Lançamento	Ordem de Pagamento		Credor	Valor			Fonte de Recurso	Conta Bancária	Pagamento (A - B + C)
		Número	Data		Retenção (A)	Anulação (B)	Líquido (C)			
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	6522	20/09/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	7294	18/10/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	7896	20/11/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,33	100	1688-8/276-A	233.333,33
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA44032

Despesa Extraorçamentária										
Órgão	Tipo de Lançamento	Ordem de Pagamento		Credor	Valor			Fonte de Recurso	Conta Bancária	Pagamento (A - B + C)
		Número	Data		Retenção (A)	Anulação (B)	Líquido (C)			
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	8446	20/12/2019	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	233.333,37	100	1688-8/276-A	233.333,37
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0001 - Repasse à Câmara									
	Total por Órgão				**0,00**	**0,00**	**2.800.000,00**			**2.800.000,00**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA44032

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 28/10/2020 15:43:09

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

Relação de Extraorçamentária

Despesa Extraorçamentária

Órgão	Tipo de Lançamento	Ordem de Pagamento		Credor	Valor			Fonte de Recurso	Conta Bancária	Pagamento (A - B + C)
		Número	Data		Retenção (A)	Anulação (B)	Líquido (C)			
02 - CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente)	2019000661001	30/12/2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	0,00	0,00	250.000,00	100	1688-/24-1	250.000,00
	Especificação: 04 - Transferências Financeiras (natureza credora para o órgão recebedor e devedora para o órgão concedente) / 0002 - Devolução de numerário para a prefeitura									
	Total por Órgão				**0,00**	**0,00**	**250.000,00**			**250.000,00**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA44031

LEI Nº2.486 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Monte Sião para o exercício financeiro de 2019."

O POVO DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2019, nos termos do artigo 165, § 5º, da Constituição Federal e com base no disposto na Lei nº 2.459, de 29 de maio de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município.

Publicado

Art. 2º. A receita orçamentária total estimada no Orçamento Fiscal é de **R$70.000.000,00 (setenta milhões mil reais)**, conforme os quadros I e IV, anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º. A despesa orçamentária total fixada no orçamento fiscal é de **R$70.000.000,00 (setenta milhões mil reais),** conforme os quadros II, III e IV, anexos integrantes desta Lei.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos suplementares, respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, podendo este atingir percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do respectivo valor constante desta Lei.

II – utilizar reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos, eventos fiscais imprevistos e créditos adicionais, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III – contratar Operação de Crédito Interna, conforme legislação vigente.

Art. 5º – O remanejamento no âmbito do mesmo projeto ou atividade orçamentária não estará sujeito aos limites de que trata o inciso I do artigo 4º desta lei.

Art. 6º. Integram a presente Lei:

I – receita estimada por categoria e fonte;

II – despesa fixada por funções de governo;

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43851

III – despesa fixada por órgãos e unidades orçamentárias;

IV – resumo das receitas e despesas por órgãos.

V – quadros orçamentários consolidados.

Art. 7º. Os recursos destinados ao Poder Legislativo serão repassados até o dia vinte de cada mês de acordo com o estabelecido no artigo 168 da Constituição Federal.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 13 de dezembro de 2018.

JOSÉ POCAI JÚNIOR
Prefeito Municipal

BENEDITO SIMÕES
Chefe Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 88-Lei Orgânica Municipal
Nº 2.486
Em 13/12/18

JOSE POCAI JUNIOR:31436692687

Assinado de forma digital por JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=Certificado PF A3, cn=JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
Dados: 2019.01.15 16:36:32 -02'00'

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43851

LEI Nº2.524 DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"Abre no orçamento vigente crédito especial e da outras providências."

O POVO DO MUNÍCIPIO DE MONTE SIÃO – MG, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art.1°- Fica aberto no orçamento do Município para o exercício de 2019, crédito especial na importância de R$478,69 para reforço das seguintes dotações:

Suplementação (+) **52,55**

01	**02**	**03**	**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA**	
1105		04.123.0057.2159.0000	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	52,55
		3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	
		01023000	Convênios Vinculados a Saúde	
1106		04.123.0057.2159.0000	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	426,14
		3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	
		02023000	Convênios Vinculados a Saúde	

Art.2°- Constitui fonte de recurso para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o parágrafo 1° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320 de 17 de Março de 1964:

Superávit Financeiro: **426,14**

	Fontes de Recurso	
	13 02	426,14

01	**02**	**13**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
620		10.301.0007.1137.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ESF E UBS	-52,55
		4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	
		01023000	Convênios Vinculados a Saúde	

Anulação (-) **52,55**

Publicado

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43852

Art.3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 10 de junho de 2019.

JOSÉ POCAI JÚNIOR
Prefeito Municipal

BENEDITO SIMÕES
Chefe Governo, Planejamento e Gestão

JOSE POCAI JUNIOR:31436692687

Assinado de forma digital por JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=Certificado PF A3, cn=JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
Dados: 2019.07.08 14:43:29 -03'00'

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 1.829
Em: 10/06/2019
Diretor Administrativo

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43852

LEI Nº2.532 DE 12 DE JULHO DE 2019.

JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
Assinado de forma digital por JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=Certificado PF A3, cn=JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
Dados: 2019.08.22 13:22:34 -03'00'

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária e altera para manter a compatibilidade, a Lei nº 2.486 de 13 de dezembro de 2018 (LOA), Lei nº 2.459 de 29 de maio de 2018 (LDO) e Lei nº 2.431 de 29 de dezembro de 2017 (PPA) e dá providências".

O POVO DO MUNÍCIPIO DE MONTE SIÃO - MG, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Publicado

Art.1° - Fica aberto no orçamento do Município para o exercício de 2019, crédito adicional especial na importância de R$ 20.000,00, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação (+) **20.000,00**

01 02 04 DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANS E RURAIS

1111	15.451.0016.2372.0000	MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, VIAS E PONTES URBANAS	10.000,00
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	257	Recursos Ordinários	
1112	15.451.0016.2372.0000	MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, VIAS E PONTES URBANAS	10.000,00
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	100	Recursos Ordinários	

Art.2° - Constitui fonte de recurso para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o parágrafo 1° do art.43 da Lei Federal nº4.320 de 17 de março de 1964:

01 02 04 DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS

153	15.451.0016.1203.0000	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	-20.000,00
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	100	Recursos Ordinários	

Anulação (-) **-20.000,00**

Art.3° - Fica autorizado à suplementação desta despesa nos limites da Lei

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43853

LEI Nº2.564 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSE POCAI JUNIOR:31436692687

Assinado de forma digital por JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=Certificado PF A3, cn=JOSE POCAI JUNIOR:31436692687
Dados: 2020.01.30 16:37:31 -03'00'

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."

O POVO DO MUNÍCIPIO DE MONTE SIÃO – MG, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art.1° - Fica aberto no orçamento do Município para o exercício de 2019, crédito adicional especial na importância de R$156.000,00 para reforço das seguintes dotações:

Suplementação (+) **156.000,00**

01 02 02 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

1132 04.122.0001.2004.0000 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO 39.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01000000 Recursos Ordinários

01 02 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

1134 10.122.0005.2182.0000 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS 5.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01002000 Saúde 15%

1134 10.122.0005.2182.0000 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS 26.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01002000 Saúde 15%

01 02 08 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

1133 12.122.0018.2027.0000 GESTAO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS 5.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01001000 Educação 25%

1133 12.122.0018.2027.0000 GESTAO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS 36.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01001000 Educação 25%

01 02 07 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB

1137 12.365.0019.2029.0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE CRECHES 10.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01019000 FUNDEB 40%

1136 12.365.0020.2032.0000 GESTAO DAS ATIVIDADES DA PRE-ESCOLA 15.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01019000 FUNDEB 40%

1135 12.361.0021.2148.0000 GESTAO DO ENSINO FUNDAMENTAL 5.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-alimentação
01019000 FUNDEB 40%

Publicado

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43854

1135	12.361.0021.2148.0000 3.3.90.46.00 01019 000 FUNDEB 40%	GESTAO DO ENSINO FUNDAMENTAL Auxílio-alimentação	15.000,00

Art.2° - Constitui fonte de recurso para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o parágrafo 1° do artigo43 da Lei Federal n° 4.320 de 17 de Março de 1964:

Anulação:

01	**02 02 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO**		
79	04.122.0003.2010.0000 3.3.90.32.00 01000000	DISTRIBUICAO DE CESTAS BASICAS E NATALINAS Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos Ordinários	-39.000,00
79	04.122.0003.2010.0000 3.3.90.32.00 01000000	DISTRIBUICAO DE CESTAS BASICAS E NATALINAS Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos Ordinários	-5.000,00
79	04.122.0003.2010.0000 3.3.90.32.00 01000000	DISTRIBUICAO DE CESTAS BASICAS E NATALINAS Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos Ordinários	-5.000,00
01	**02 07 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASIC**		
319	12.365.0019.2173.0000 3.1.90.11.00 01019000	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil FUNDEB 40%	-15.000,00
319	12.365.0019.2173.0000 3.1.90.11.00 01019000	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil FUNDEB 40%	-15.000,00
319	12.365.0019.2173.0000 3.1.90.11.00 01019000	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil FUNDEB 40%	-10.000,00
319	12.365.0019.2173.0000 3.1.90.11.00 01019000	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil FUNDEB 40%	-5.000,00
360	12.361.0021.1065.0000 4.4.90.52.00 01001000	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE Equipamentos e Material Permanente Educação 25%	-36.000,00
01	**02 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
753	10.302.0070.2243.0000 3.1.90.11.00 01002000	REMUNERACAO DE PESSOAL Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil Saúde 15%	-26.000,00

Publicado

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43854

Anulação (-) **-156.000,00**

Art.3° - Fica autorizado a suplementação por decreto no percentual de até 20% sobre as dotações criadas por esta Lei

Art.4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 20 de dezembro de 2019.

JOSÉ POCAI JÚNIOR
Prefeito Municipal

BENEDITO SIMÕES
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 2.1004
Em: 20/12/2019
Diretor Administrativo

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43854

SICOM Sistema Informatizado de Contas dos Municípios | CONSULTA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

TCEMG TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 28/10/2020 15:26:57

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: Todos

Demonstrativo das Transferências Financeiras

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Mês Referência	Subtipo	Desdob	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	0,00	C	233.333,33	0,00	233.333,33	D
				Subtotal SubTipo:	**0,00**	**C**	**233.333,33**	**0,00**	**233.333,33**	**D**
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	0001 - Devolução de numerário para a prefeitura	94	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	**0,00**	**C**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**C**
				Subtotal por Mês:	**0,00**	**C**	**233.333,33**	**0,00**	**233.333,33**	**D**
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	233.333,33	D	233.333,33	0,00	466.666,66	D
				Subtotal SubTipo:	**233.333,33**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**466.666,66**	**D**
				Subtotal por Mês:	**233.333,33**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**466.666,66**	**D**
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	466.666,66	D	233.333,33	0,00	699.999,99	D
				Subtotal SubTipo:	**466.666,66**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**699.999,99**	**D**
				Subtotal por Mês:	**466.666,66**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**699.999,99**	**D**
4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	699.999,99	D	233.333,33	0,00	933.333,32	D
				Subtotal SubTipo:	**699.999,99**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**933.333,32**	**D**
				Subtotal por Mês:	**699.999,99**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**933.333,32**	**D**
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	933.333,32	D	233.333,33	0,00	1.166.666,65	D
				Subtotal SubTipo:	**933.333,32**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.166.666,65**	**D**
				Subtotal por Mês:	**933.333,32**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.166.666,65**	**D**
6 - Junho	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	1.166.666,65	D	233.333,33	0,00	1.399.999,98	D
				Subtotal SubTipo:	**1.166.666,65**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.399.999,98**	**D**
				Subtotal por Mês:	**1.166.666,65**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.399.999,98**	**D**
7 - Julho	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	1.399.999,98	D	233.333,33	0,00	1.633.333,31	D
				Subtotal SubTipo:	**1.399.999,98**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.633.333,31**	**D**
				Subtotal por Mês:	**1.399.999,98**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.633.333,31**	**D**
8 - Agosto	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	1.633.333,31	D	233.333,33	0,00	1.866.666,64	D
							233.333,33	**0,00**	**1.866.666,64**	**D**
				Subtotal por Mês:	**1.633.333,31**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**1.866.666,64**	**D**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43859

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

9 - Setembro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	1.866.666,64	D	233.333,33	0,00	2.099.999,97	D
				Subtotal SubTipo:	**1.866.666,64**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.099.999,97**	**D**
				Subtotal por Mês:	**1.866.666,64**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.099.999,97**	**D**
10 - Outubro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	2.099.999,97	D	233.333,33	0,00	2.333.333,30	D
				Subtotal SubTipo:	**2.099.999,97**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.333.333,30**	**D**
				Subtotal por Mês:	**2.099.999,97**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.333.333,30**	**D**
11 - Novembro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	2.333.333,30	D	233.333,33	0,00	2.566.666,63	D
				Subtotal SubTipo:	**2.333.333,30**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.566.666,63**	**D**
				Subtotal por Mês:	**2.333.333,30**	**D**	**233.333,33**	**0,00**	**2.566.666,63**	**D**
12 - Dezembro	0001 - Repasse à Câmara	0001 - Repasse à Câmara	93	100	2.566.666,63	D	0,00	16.666,63	2.550.000,00	D
				Subtotal SubTipo:	**2.566.666,63**	**D**	**0,00**	**16.666,63**	**2.550.000,00**	**D**
				Subtotal por Mês:	**2.566.666,63**	**D**	**0,00**	**16.666,63**	**2.550.000,00**	**D**
				Total por Órgão:	**0,00**	**C**	**2.566.666,63**	**16.666,63**	**2.550.000,00**	**D**

02 - CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

Mês Referência	Subtipo	Desdob	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	0,00	C	0,00	233.333,33	233.333,33	C
				Subtotal SubTipo:	**0,00**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**233.333,33**	**C**
				Subtotal por Mês:	**0,00**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**233.333,33**	**C**
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	233.333,33	C	0,00	233.333,33	466.666,66	C
				Subtotal SubTipo:	**233.333,33**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**466.666,66**	**C**
				Subtotal por Mês:	**233.333,33**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**466.666,66**	**C**
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	466.666,66	C	0,00	233.333,33	699.999,99	C
				Subtotal SubTipo:	**466.666,66**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**699.999,99**	**C**
				Subtotal por Mês:	**466.666,66**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**699.999,99**	**C**
4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	699.999,99	C	0,00	233.333,33	933.333,32	C
				Subtotal SubTipo:	**699.999,99**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**933.333,32**	**C**
				Subtotal por Mês:	**699.999,99**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**933.333,32**	**C**
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	933.333,32	C	0,00	233.333,33	1.166.666,65	C
				Subtotal SubTipo:	**933.333,32**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.166.666,65**	**C**
				Subtotal por Mês:	**933.333,32**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.166.666,65**	**C**
6 - Junho	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	1.166.666,65	C	0,00	233.333,33	1.399.999,98	C
				Subtotal SubTipo:	**1.166.666,65**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.399.999,98**	**C**
				Subtotal por Mês:	**1.166.666,65**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.399.999,98**	**C**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43859

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

7 - Julho	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	1.399.999,98	C	0,00	233.333,33	1.633.333,31	C
				Subtotal SubTipo:	**1.399.999,98**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.633.333,31**	**C**
				Subtotal por Mês:	**1.399.999,98**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.633.333,31**	**C**
8 - Agosto	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	1.633.333,31	C	0,00	233.333,33	1.866.666,64	C
				Subtotal SubTipo:	**1.633.333,31**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.866.666,64**	**C**
				Subtotal por Mês:	**1.633.333,31**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**1.866.666,64**	**C**
9 - Setembro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	1.866.666,64	C	0,00	233.333,33	2.099.999,97	C
				Subtotal SubTipo:	**1.866.666,64**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.099.999,97**	**C**
				Subtotal por Mês:	**1.866.666,64**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.099.999,97**	**C**
10 - Outubro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	2.099.999,97	C	0,00	233.333,33	2.333.333,30	C
				Subtotal SubTipo:	**2.099.999,97**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.333.333,30**	**C**
				Subtotal por Mês:	**2.099.999,97**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.333.333,30**	**C**
11 - Novembro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	2.333.333,30	C	0,00	233.333,33	2.566.666,63	C
				Subtotal SubTipo:	**2.333.333,30**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.566.666,63**	**C**
				Subtotal por Mês:	**2.333.333,30**	**C**	**0,00**	**233.333,33**	**2.566.666,63**	**C**
12 - Dezembro	0001 - Repasse à Câmara	-	2040001	100	2.566.666,63	C	0,00	233.333,37	2.800.000,00	C
				Subtotal SubTipo:	**2.566.666,63**	**C**	**0,00**	**233.333,37**	**2.800.000,00**	**C**
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	2040002	100	0,00	C	250.000,00	0,00	250.000,00	D
				Subtotal SubTipo:	**0,00**	**C**	**250.000,00**	**0,00**	**250.000,00**	**D**
				Subtotal por Mês:	**2.566.666,63**	**C**	**250.000,00**	**233.333,37**	**2.550.000,00**	**C**
				Total por Órgão:	**0,00**	**C**	**250.000,00**	**2.800.000,00**	**2.550.000,00**	**C**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA43859

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3143401 - Monte Sião **Exercício:** 2019 **Data e Hora de Geração:** 28/10/2020 14:53:13

Histórico das Remessas: 27/10/2020 **Período:** Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Origem do Recurso: -1 - Não se aplica, 1 - Superávit Financeiro, 2 - Excesso de Arrecadação, 3 - Anulação de Dotações, 4 - Operação de crédito, 5 - Reserva de Contingência / Reserva do RPPS (art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001), 6 - Recursos sem Despesas Correspondentes (art. 166, §8º da Constituição Federal)

Decretos de Alterações Orçamentárias

Total por Tipo de Decreto e Origem de Recurso	Valor Aberto
1 - Decreto de Crédito Suplementar	**30.361.064,10**
2-Excesso de Arrecadação	150.000,00
3-Anulação de Dotações	30.211.064,10
2 - Decreto de Crédito Especial	**4.539.039,78**
1-Superávit Financeiro	2.577.664,78
2-Excesso de Arrecadação	459.900,00
3-Anulação de Dotações	1.501.475,00
Total	**34.900.103,88**

Total por Tipo de Decreto	Acréscimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar	**30.361.064,10**	**30.211.064,10**	**150.000,00**
2 - Decreto de Crédito Especial	**4.539.039,78**	**1.501.475,00**	**3.037.564,78**
6 - Decreto de reabertura de crédito especial	**1.527.287,86**	**0,00**	**1.527.287,86**
Total	**36.427.391,74**	**31.712.539,10**	**4.714.852,64**

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7516	20/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2563 - 20/12/2019	3-Anulação de Dotações	320.000,00	Acréscimo	117	320.000,00
								Total	**320.000,00**
							Redução	117	320.000,00
								Total	**320.000,00**
7581	02/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.396.645,74	Acréscimo	100	1.027.413,04
								101	11.906,00
								102	13.650,00
								119	17.750,00
								122	47.103,00
								129	1.530,70
								145	24.600,00
								147	241.043,00
								150	11.650,00
								Total	**1.396.645,74**
							Redução	100	1.027.413,04
								101	11.906,00
								102	13.650,00
								119	17.750,00
								122	47.103,00
								129	1.530,70
								145	24.600,00
								147	241.043,00
								150	11.650,00
								Total	**1.396.645,74**
7582	02/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.300.570,00	Acréscimo	100	214.250,00
								102	1.086.320,00
								Total	**1.300.570,00**
							Redução	100	716.570,00
								102	584.000,00
								Total	**1.300.570,00**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 614/2014 e na Decisão Normativa nº 02/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº: PCA-13816

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7583	02/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	797.980,00	Acréscimo	100	240.465,00
								101	32.390,00
								102	420.465,00
								129	11.520,00
								147	17.140,00
								148	76.000,00
								Total	**797.980,00**
							Redução	100	577.630,00
								101	22.390,00
								102	93.300,00
								129	11.520,00
								147	17.140,00
								148	76.000,00
								Total	**797.980,00**
7590	31/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	379.999,05	Acréscimo	100	117.150,11
								101	4.000,00
								102	190.967,08
								119	67.881,86
								Total	**379.999,05**
							Redução	100	117.150,11
								101	4.000,00
								102	190.967,08
								119	67.881,86
								Total	**379.999,05**
7594	05/02/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2490 - 30/01/2019	3-Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	117	10.000,00
								Total	**10.000,00**
							Redução	117	10.000,00
								Total	**10.000,00**
7595	07/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	46.000,00	Acréscimo	102	46.000,00
								Total	**46.000,00**
							Redução	102	46.000,00
								Total	**46.000,00**
7605	18/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	141.511,00	Acréscimo	100	70.121,00
								102	71.390,00
								Total	**141.511,00**
							Redução	100	70.121,00
								102	71.390,00
								Total	**141.511,00**
7608	21/02/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2492 - 20/02/2019	3-Anulação de Dotações	147.150,00	Acréscimo	100	19.150,00
								102	128.000,00
								Total	**147.150,00**
							Redução	100	19.150,00
								102	128.000,00
								Total	**147.150,00**
7609	21/02/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2493 - 20/02/2019	3-Anulação de Dotações	647.104,00	Acréscimo	100	147.104,00
								124	500.000,00
								Total	**647.104,00**
							Redução	100	147.104,00
								124	500.000,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Nuvem Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 5.543/2013 e na Decisão Normativa nº 5/2013. Os signatários mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº PC-143861

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7609	21/02/2019		LAO	2493 - 20/02/2019		647.104,00	Redução	**Total**	**647.104,00**
7612	22/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.207.027,43	Acréscimo	100	305.650,45
								101	44.612,63
								102	496.721,98
								118	198.978,16
								119	161.064,21
								Total	**1.207.027,43**
							Redução	100	535.567,12
								101	39.695,96
								102	271.721,98
								118	198.978,16
								119	161.064,21
								Total	**1.207.027,43**
7614	01/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2496 - 27/02/2019	2-Excesso de Arrecadação	189.900,00	Acréscimo	146	189.900,00
								Total	**189.900,00**
7615	07/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	95.000,00	Acréscimo	100	95.000,00
								Total	**95.000,00**
							Redução	100	95.000,00
								Total	**95.000,00**
7616	11/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	72.430,00	Acréscimo	100	71.930,00
								129	500,00
								Total	**72.430,00**
							Redução	100	71.930,00
								129	500,00
								Total	**72.430,00**
7618	14/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	126.500,00	Acréscimo	102	126.500,00
								Total	**126.500,00**
							Redução	101	1.000,00
								102	125.500,00
								Total	**126.500,00**
7619	15/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2497 - 14/03/2019	1-Superávit Financeiro	134.423,72	Acréscimo	229	134.423,72
								Total	**134.423,72**
7620	15/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2498 - 14/03/2019	1-Superávit Financeiro	100.000,00	Acréscimo	248	100.000,00
								Total	**100.000,00**
7621	14/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2499 - 14/03/2019	1-Superávit Financeiro	89.201,27	Acréscimo	255	89.201,27
								Total	**89.201,27**
					3-Anulação de Dotações	1.000,00	Acréscimo	155	1.000,00
								Total	**1.000,00**
							Redução	155	1.000,00
								Total	**1.000,00**
7625	21/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	41.291,69	Acréscimo	100	41.291,69
								Total	**41.291,69**
							Redução	100	41.291,69
								Total	**41.291,69**
7626	21/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2501 - 20/03/2019	1-Superávit Financeiro	746.638,00	Acréscimo	248	350.000,00
								249	396.638,00
								Total	**746.638,00**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 2.921/2014 e na Decisão Normativa nº 5/2015. Os currículos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº: HC44858

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7627	21/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2502 - 20/03/2019	3-Anulação de Dotações	70.000,00	Acréscimo	100	60.000,00
								102	10.000,00
								Total	**70.000,00**
							Redução	100	60.000,00
								102	10.000,00
								Total	**70.000,00**
7630	25/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.206.551,75	Acréscimo	100	321.035,73
								101	12.287,55
								102	312.438,28
								118	295.708,16
								119	265.082,03
								Total	**1.206.551,75**
							Redução	100	321.035,73
								101	12.287,55
								102	312.438,28
								118	295.708,16
								119	265.082,03
								Total	**1.206.551,75**
7632	27/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	8.100,00	Acréscimo	100	8.100,00
								Total	**8.100,00**
							Redução	100	8.100,00
								Total	**8.100,00**
7633	27/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2504 - 26/03/2019	3-Anulação de Dotações	52.000,00	Acréscimo	102	52.000,00
								Total	**52.000,00**
							Redução	102	52.000,00
								Total	**52.000,00**
7634	28/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2505 - 26/03/2019	3-Anulação de Dotações	12.368,95	Acréscimo	100	12.368,95
								Total	**12.368,95**
							Redução	100	12.368,95
								Total	**12.368,95**
7640	01/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	224.000,00	Acréscimo	100	224.000,00
								Total	**224.000,00**
							Redução	100	224.000,00
								Total	**224.000,00**
7641	02/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	471.160,00	Acréscimo	100	341.160,00
								102	130.000,00
								Total	**471.160,00**
							Redução	100	471.160,00
								Total	**471.160,00**
7642	08/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	209.779,50	Acréscimo	100	25.000,00
								101	100,00
								102	31.190,00
								129	100,00
								147	116.735,00
								148	12.929,00
								155	23.725,50
								Total	**209.779,50**
							Redução	100	25.000,00
								101	100,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução nº 22/2012 e na Decisão Normativa nº 5/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº: RCA43858

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7642	08/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	209.779,50	Redução	102	31.190,00
								129	100,00
								147	116.735,00
								148	12.929,00
								155	23.725,50
								Total	**209.779,50**
7647	11/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	115.925,32	Acréscimo	100	38.200,00
								102	55.725,32
								148	22.000,00
								Total	**115.925,32**
							Redução	100	38.200,00
								102	55.725,32
								148	22.000,00
								Total	**115.925,32**
7648	16/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	65.834,76	Acréscimo	100	32.000,00
								102	22.714,76
								112	11.120,00
								Total	**65.834,76**
							Redução	100	32.000,00
								102	22.714,76
								112	11.120,00
								Total	**65.834,76**
7650	22/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	736.885,28	Acréscimo	100	308.320,00
								101	21.000,00
								102	100.626,67
								118	60.000,00
								119	130.000,00
								122	25.000,00
								129	5.000,00
								147	86.938,61
								Total	**736.885,28**
							Redução	100	283.220,00
								101	21.000,00
								102	125.726,67
								118	55.000,00
								119	135.000,00
								122	25.000,00
								129	5.000,00
								147	86.938,61
								Total	**736.885,28**
7651	29/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.166.492,29	Acréscimo	100	1.104.123,29
								101	14.000,00
								102	370.969,00
								118	367.100,00
								119	298.300,00
								129	10.000,00
								147	2.000,00
								Total	**2.166.492,29**
							Redução	100	888.918,19

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme as disposições contidas na Medida Provisória 2.200-2/2001, na Resolução n.5/2012 e na Decisão Normativa n.5/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PC44884

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7651	29/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.166.492,29	Redução	101	8.000,00
								102	592.174,10
								118	411.100,00
								119	254.300,00
								129	10.000,00
								147	2.000,00
								Total	**2.166.492,29**
7661	06/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	116.145,64	Acréscimo	100	22.850,00
								102	68.295,64
								119	25.000,00
								Total	**116.145,64**
							Redução	100	66.850,00
								102	24.295,64
								119	25.000,00
								Total	**116.145,64**
7666	20/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	162.733,53	Acréscimo	100	37.354,00
								101	6.000,00
								102	50.736,53
								112	11.000,00
								129	5.043,00
								148	52.600,00
								Total	**162.733,53**
							Redução	100	78.354,00
								101	6.000,00
								102	9.736,53
								112	11.000,00
								129	5.043,00
								148	52.600,00
								Total	**162.733,53**
7668	21/05/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2515 - 16/05/2019	2-Excesso de Arrecadação	170.000,00	Acréscimo	153	170.000,00
								Total	**170.000,00**
7669	21/05/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2516 - 16/05/2019	1-Superávit Financeiro	450.000,00	Acréscimo	253	450.000,00
								Total	**450.000,00**
7670	21/05/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2517 - 16/05/2019	3-Anulação de Dotações	55.000,00	Acréscimo	101	50.000,00
								147	5.000,00
								Total	**55.000,00**
							Redução	101	50.000,00
								147	5.000,00
								Total	**55.000,00**
7671	21/05/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2518 - 16/05/2019	2-Excesso de Arrecadação	100.000,00	Acréscimo	153	100.000,00
								Total	**100.000,00**
7674	27/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.594.657,51	Acréscimo	100	253.383,61
								101	191.177,11
								102	352.411,29
								112	18.500,00
								118	712.333,81
								119	25.151,69
								124	41.500,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2.200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.3/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA4958

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7674	27/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.594.657,51	Acréscimo	129	200,00
								Total	**1.594.657,51**
							Redução	100	343.333,46
								101	193.227,26
								102	260.411,29
								112	18.500,00
								118	714.065,73
								119	23.419,77
								124	41.500,00
								129	200,00
								Total	**1.594.657,51**
7675	29/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	12.000,00	Acréscimo	100	12.000,00
								Total	**12.000,00**
							Redução	100	12.000,00
								Total	**12.000,00**
7677	30/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	67.940,00	Acréscimo	100	25.910,00
								101	2.000,00
								102	38.030,00
								148	2.000,00
								Total	**67.940,00**
							Redução	100	57.940,00
								102	8.000,00
								148	2.000,00
								Total	**67.940,00**
7678	03/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	96.300,00	Acréscimo	100	2.000,00
								102	94.300,00
								Total	**96.300,00**
							Redução	100	96.300,00
								Total	**96.300,00**
7682	06/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	32.427,88	Acréscimo	100	30.500,00
								102	1.927,88
								Total	**32.427,88**
							Redução	100	30.500,00
								102	1.927,88
								Total	**32.427,88**
7683	10/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	341.165,00	Acréscimo	100	18.400,00
								101	150.000,00
								102	172.765,00
								Total	**341.165,00**
							Redução	100	61.565,00
								101	150.000,00
								102	129.600,00
								Total	**341.165,00**
7684	10/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2523 - 31/05/2019	3-Anulação de Dotações	128.000,00	Acréscimo	102	128.000,00
								Total	**128.000,00**
							Redução	102	128.000,00
								Total	**128.000,00**
7685	13/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2524 - 10/06/2019	1-Superávit Financeiro	426,14	Acréscimo	223	426,14
								Total	**426,14**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 541/2014 e na Instrução Normativa nº 52/2013. Os signatários mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº RC44964

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7685	13/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2524 - 10/06/2019	3-Anulação de Dotações	52,55	Acréscimo	123	52,55
								Total	**52,55**
							Redução	123	52,55
								Total	**52,55**
7693	17/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	96.423,84	Acréscimo	100	13.010,84
								102	68.000,00
								129	15.413,00
								Total	**96.423,84**
							Redução	100	81.010,84
								129	15.413,00
								Total	**96.423,84**
7697	25/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2527 - 19/06/2019	1-Superávit Financeiro	6.092,49	Acréscimo	257	6.092,49
								Total	**6.092,49**
7698	25/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2528 - 25/06/2019	1-Superávit Financeiro	168.274,60	Acréscimo	255	168.274,60
								Total	**168.274,60**
7699	25/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2529 - 19/06/2019	3-Anulação de Dotações	130.000,00	Acréscimo	100	130.000,00
								Total	**130.000,00**
							Redução	100	130.000,00
								Total	**130.000,00**
7725	27/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.148.557,04	Acréscimo	100	749.214,55
								101	167.600,00
								102	287.034,30
								118	622.225,19
								119	63.683,00
								129	11.800,00
								148	247.000,00
								Total	**2.148.557,04**
							Redução	100	712.214,55
								101	200.600,00
								102	291.034,30
								118	623.658,19
								119	62.250,00
								129	11.800,00
								148	247.000,00
								Total	**2.148.557,04**
7726	27/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	288.432,31	Acréscimo	100	16.300,00
								102	137.584,00
								112	500,00
								119	2.000,00
								148	132.048,31
								Total	**288.432,31**
							Redução	100	153.884,00
								112	500,00
								119	2.000,00
								148	132.048,31
								Total	**288.432,31**
7740	04/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	159.438,00	Acréscimo	100	144.358,00
								102	15.080,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2.200-2/2001, na Resolução n.51/2012 e na Decisão Normativa n.85/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador: PCA45650

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7740	04/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	159.438,00	Acréscimo	**Total**	**159.438,00**
							Redução	100	154.458,00
								102	4.980,00
								Total	**159.438,00**
7751	11/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	178.995,00	Acréscimo	100	67.135,00
								102	51.060,00
								129	800,00
								148	60.000,00
								Total	**178.995,00**
							Redução	100	118.195,00
								129	800,00
								148	60.000,00
								Total	**178.995,00**
7758	16/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	425.895,00	Acréscimo	100	36.750,00
								101	97.145,00
								102	21.000,00
								119	201.000,00
								148	70.000,00
								Total	**425.895,00**
							Redução	100	57.750,00
								101	97.145,00
								119	201.000,00
								148	70.000,00
								Total	**425.895,00**
7759	16/07/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2531 - 12/07/2019	1-Superávit Financeiro	200.000,00	Acréscimo	212	200.000,00
								Total	**200.000,00**
7760	16/07/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2532 - 12/07/2019	3-Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	100	10.000,00
								Total	**10.000,00**
							Redução	100	10.000,00
								Total	**10.000,00**
7764	23/07/[illegible]	[illegible] Suplementar		13/12/2018	[illegible]ulação de Dotações	460.253,66	Acréscimo	100	56.763,38
								101	98.800,00
								102	295.190,28
								118	6.000,00
								129	3.500,00
								Total	**460.253,66**
							Redução	100	68.263,38
								101	56.300,00
								102	326.190,28
								118	6.000,00
								129	3.500,00
								Total	**460.253,66**
7770	30/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	41.086,71	Acréscimo	100	39.086,71
								102	1.000,00
								148	1.000,00
								Total	**41.086,71**
							Redução	100	39.086,71
								102	1.000,00
								148	1.000,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme as disposições contidas na Medida Provisória nº 2200-2/2001, na Resolução nº 2.821/2017 e na Decisão Normativa nº 3/2018/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.cra.org.br, código verificador n. PCA/4656

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7770	30/07/2019		LOA			41.086,71	Redução	**Total**	**41.086,71**
7774	05/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	35.942,70	Acréscimo	100	35.942,70
								Total	**35.942,70**
							Redução	100	35.942,70
								Total	**35.942,70**
7777	08/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	131.000,00	Acréscimo	100	49.000,00
								102	77.000,00
								112	5.000,00
								Total	**131.000,00**
							Redução	100	126.000,00
								112	5.000,00
								Total	**131.000,00**
7779	12/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2534 - 07/08/2019	3-Anulação de Dotações	550.000,00	Acréscimo	102	550.000,00
								Total	**550.000,00**
							Redução	100	550.000,00
								Total	**550.000,00**
7790	13/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	118.654,77	Acréscimo	100	23.800,00
								102	94.454,77
								112	400,00
								Total	**118.654,77**
							Redução	100	118.254,77
								112	400,00
								Total	**118.654,77**
7800	19/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	228.682,00	Acréscimo	100	38.000,00
								101	153.700,00
								102	27.220,00
								119	1.887,00
								122	7.775,00
								129	100,00
								Total	**228.682,00**
							Redução	100	64.000,00
								101	153.700,00
								102	1.220,00
								119	1.887,00
								122	7.775,00
								129	100,00
								Total	**228.682,00**
7810	21/08/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2532 - 12/07/2019	3-Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	100	10.000,00
								Total	**10.000,00**
							Redução	100	10.000,00
								Total	**10.000,00**
7811	26/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2538 - 22/08/2019	3-Anulação de Dotações	1.698.351,44	Acréscimo	100	577.751,44
								101	336.000,00
								102	151.600,00
								118	510.000,00
								119	32.000,00
								129	6.000,00
								148	85.000,00
								Total	**1.698.351,44**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2.200-2/2001, na Resolução n.Z2/2012 e na Decisão Normativa n.Z6/2013. Os conteúdos remetidos e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PC443664

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7811	26/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2538 - 22/08/2019	3-Anulação de Dotações	1.698.351,44	Redução	100	523.751,44
								101	390.000,00
								102	151.600,00
								118	510.000,00
								119	32.000,00
								129	6.000,00
								148	85.000,00
								Total	**1.698.351,44**
7812	26/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	533.003,55	Acréscimo	100	11.680,76
								101	1.357,00
								102	95.486,09
								118	391.029,70
								119	32.750,00
								129	700,00
								Total	**533.003,55**
							Redução	100	8.741,07
								101	6.173,00
								102	93.609,78
								118	391.029,70
								119	32.750,00
								129	700,00
								Total	**533.003,55**
7813	27/08/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2539 - 27/08/2019	3-Anulação de Dotações	45.140,00	Acréscimo	100	45.140,00
								Total	**45.140,00**
							Redução	100	45.140,00
								Total	**45.140,00**
7815	30/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	77.230,00	Acréscimo	100	77.230,00
								Total	**77.230,00**
							Redução	100	77.230,00
								Total	**77.230,00**
7816	05/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	72.000,00	Acréscimo	100	72.000,00
								Total	**72.000,00**
							Redução	100	72.000,00
								Total	**72.000,00**
7817	10/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	54.816,00	Acréscimo	100	13.800,00
								102	23.000,00
								119	18.016,00
								Total	**54.816,00**
							Redução	100	14.800,00
								102	22.000,00
								119	18.016,00
								Total	**54.816,00**
7829	12/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2541 - 11/09/2019	3-Anulação de Dotações	131.659,71	Acréscimo	101	98.935,00
								147	32.724,71
								Total	**131.659,71**
							Redução	101	98.935,00
								147	32.724,71
								Total	**131.659,71**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme dispositivos contidos na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 2.2/2014 e na Decisão Normativa nº 3/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador nº: PCA49656

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7834	18/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	139.300,00	Acréscimo	100	30.300,00
								102	109.000,00
								Total	**139.300,00**
							Redução	100	30.300,00
								102	109.000,00
								Total	**139.300,00**
7835	24/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	102	10.000,00
								Total	**10.000,00**
							Redução	102	10.000,00
								Total	**10.000,00**
7840	26/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2544 - 26/09/2019	3-Anulação de Dotações	4.056.489,55	Acréscimo	100	1.099.578,66
								101	320.582,45
								102	361.155,39
								118	1.873.950,00
								119	243.830,00
								148	157.393,05
								Total	**4.056.489,55**
							Redução	100	914.095,05
								101	506.066,06
								102	361.155,39
								118	1.737.400,00
								119	380.380,00
								148	157.393,05
								Total	**4.056.489,55**
7841	26/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2545 - 26/09/2019	3-Anulação de Dotações	218.613,06	Acréscimo	100	66.438,36
								102	125.373,30
								129	26.801,40
								Total	**218.613,06**
							Redução	100	66.438,36
								102	125.373,30
								129	26.801,40
								Total	**218.613,06**
7843	27/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	109.863,78	Acréscimo	100	29.623,02
								101	1.933,67
								102	14.499,89
								118	46.920,72
								119	16.886,48
								Total	**109.863,78**
							Redução	100	29.623,02
								101	1.933,67
								102	14.499,89
								118	49.819,73
								119	13.987,47
								Total	**109.863,78**
7844	30/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2546 - 26/09/2019	3-Anulação de Dotações	188.390,00	Acréscimo	101	103.986,00
								119	84.404,00
								Total	**188.390,00**
							Redução	101	103.986,00
								119	84.404,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme dispositivos contidos na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, na Resolução nº 2.643/2014 e na Decisão Normativa nº 5/2015. Os documentos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador: PC44958

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7844	30/09/2019		LAO	2546 - 26/09/2019		188.390,00	Redução	**Total**	**188.390,00**
7845	30/09/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2547 - 26/09/2019	1-Superávit Financeiro	300.000,00	Acréscimo	247	300.000,00
								Total	**300.000,00**
7846	03/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	88.053,00	Acréscimo	100	86.053,00
								102	1.000,00
								150	1.000,00
								Total	**88.053,00**
							Redução	100	87.053,00
								150	1.000,00
								Total	**88.053,00**
7847	10/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	117.095,38	Acréscimo	100	26.400,00
								102	31.450,00
								112	15.100,00
								148	44.145,38
								Total	**117.095,38**
							Redução	100	56.400,00
								102	1.450,00
								112	15.100,00
								148	44.145,38
								Total	**117.095,38**
7849	11/10/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2549 - 10/10/2019	1-Superávit Financeiro	150.000,00	Acréscimo	292	150.000,00
								Total	**150.000,00**
7853	16/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	15.771,31	Acréscimo	100	15.771,31
								Total	**15.771,31**
							Redução	100	15.771,31
								Total	**15.771,31**
7863	17/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	17.000,00	Acréscimo	100	17.000,00
								Total	**17.000,00**
							Redução	100	17.000,00
								Total	**17.000,00**
7869	24/10	1 - Decreto de Suplementar		13/12/2018	ulação de Dotações	213.115,75	Acréscimo	100	56.210,96
								101	700,00
								102	122.109,57
								118	33.583,68
								119	511,54
								Total	**213.115,75**
							Redução	100	133.340,96
								101	700,00
								102	44.979,57
								119	34.095,22
								Total	**213.115,75**
7878	29/10/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2551 - 24/10/2019	3-Anulação de Dotações	141.819,48	Acréscimo	117	141.819,48
								Total	**141.819,48**
							Redução	117	141.819,48
								Total	**141.819,48**
7879	29/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2552 - 24/10/2019	3-Anulação de Dotações	19.777,00	Acréscimo	100	3.350,00
								229	16.427,00
								Total	**19.777,00**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme dispositivos contidos na Medida Provisória nº 2200-2/2001, na Resolução nº 5/2012 e na Decisão Normativa nº 5/2013. Os normativos mencionados e a validade dos assinantes poderão ser verificados no endereço www.validar.iti.gov.br, código verificador nº PCA43456

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7879	29/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2552 - 24/10/2019	3-Anulação de Dotações	19.777,00	Redução	100	3.350,00
								229	16.427,00
								Total	**19.777,00**
7880	31/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	119.396,71	Acréscimo	100	40.356,00
								102	76.440,71
								112	2.000,00
								150	600,00
								Total	**119.396,71**
							Redução	100	40.356,00
								102	76.440,71
								112	2.000,00
								150	600,00
								Total	**119.396,71**
7886	07/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	99.570,00	Acréscimo	100	84.245,00
								101	15.215,00
								102	110,00
								Total	**99.570,00**
							Redução	100	84.355,00
								101	15.215,00
								Total	**99.570,00**
7887	08/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2554 - 06/11/2019	3-Anulação de Dotações	310.000,00	Acréscimo	102	310.000,00
								Total	**310.000,00**
							Redução	102	310.000,00
								Total	**310.000,00**
7888	08/11/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2555 - 06/11/2019	1-Superávit Financeiro	42.608,56	Acréscimo	246	42.608,56
								Total	**42.608,56**
					3-Anulação de Dotações	580,02	Acréscimo	146	580,02
								Total	**580,02**
							Redução	146	580,02
								Total	**580,02**
7895	14/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	80.852,00	Acréscimo	100	60.200,00
								101	7.650,00
								102	13.002,00
								Total	**80.852,00**
							Redução	100	63.200,00
								101	7.650,00
								102	10.002,00
								Total	**80.852,00**
7899	22/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	50.600,00	Acréscimo	100	50.000,00
								102	600,00
								Total	**50.600,00**
							Redução	100	50.100,00
								102	500,00
								Total	**50.600,00**
7901	26/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	590.865,33	Acréscimo	100	62.247,91
								101	104.307,37
								102	200.033,18
								118	219.653,89
								119	4.622,98

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.5141/11 e na Deliberação Normativa n.524/01 1. Os conteúdos mencionados e a validade dos assinaturas poderão ser verificados no endereço eletrônico www.tce.mg.gov.br, código verificador: PCA43630

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7901	26/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	590.865,33	Acréscimo	**Total**	**590.865,33**
							Redução	100	62.247,91
								101	104.307,37
								102	200.033,18
								118	57.421,04
								119	166.855,83
								Total	**590.865,33**
7902	26/11/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2557 - 20/11/2019	1-Superávit Financeiro	190.000,00	Acréscimo	244	190.000,00
								Total	**190.000,00**
7906	02/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	341.898,71	Acréscimo	100	334.398,71
								102	7.500,00
								Total	**341.898,71**
							Redução	100	334.398,71
								102	7.500,00
								Total	**341.898,71**
7909	09/12/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2558 - 06/12/2019	3-Anulação de Dotações	6.000,00	Acréscimo	100	6.000,00
								Total	**6.000,00**
							Redução	100	6.000,00
								Total	**6.000,00**
7910	10/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	501.701,74	Acréscimo	100	98.666,09
								101	2.084,61
								102	115.692,22
								118	277.581,89
								119	7.676,93
								Total	**501.701,74**
							Redução	100	98.666,09
								101	2.084,61
								102	115.692,22
								118	85.000,00
								119	200.258,82
								Total	**501.701,74**
7911	12/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	148.412,61	Acréscimo	100	61.599,72
								102	33.382,89
								129	600,00
								147	52.830,00
								Total	**148.412,61**
							Redução	100	79.282,61
								102	15.700,00
								129	600,00
								147	52.830,00
								Total	**148.412,61**
7914	17/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	10.950,00	Acréscimo	100	8.000,00
								102	2.950,00
								Total	**10.950,00**
							Redução	100	8.350,00
								102	2.600,00
								Total	**10.950,00**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.2/2012 e na Deliberação Normativa n.05/2013. Os signatários mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço eletrônico indicado, código verificador n. PCA43B0

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7915	19/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	3.100,00	Acréscimo	100	3.100,00
								Total	**3.100,00**
							Redução	100	3.100,00
								Total	**3.100,00**
7917	20/12/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2564 - 20/12/2019	3-Anulação de Dotações	156.000,00	Acréscimo	100	39.000,00
								101	41.000,00
								102	31.000,00
								119	45.000,00
								Total	**156.000,00**
							Redução	100	49.000,00
								101	36.000,00
								102	26.000,00
								119	45.000,00
								Total	**156.000,00**
7918	20/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2565 - 20/12/2019	3-Anulação de Dotações	756.301,58	Acréscimo	100	143.259,90
								101	118.929,15
								102	339.184,75
								118	127.166,65
								119	5.273,69
								148	22.487,44
								Total	**756.301,58**
							Redução	100	251.995,11
								101	118.929,15
								102	230.449,54
								118	87.816,13
								119	44.624,21
								148	22.487,44
								Total	**756.301,58**
7919	26/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	659.956,96	Acréscimo	100	115.316,44
								101	448.718,31
								102	45.288,38
								118	25.199,95
								119	24.935,73
								148	498,15
								Total	**659.956,96**
							Redução	100	384.928,44
								101	194.868,06
								102	29.526,63
								118	25.199,95
								119	24.935,73
								148	498,15
								Total	**659.956,96**
7921	27/12/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	2564 - 20/12/2019	3-Anulação de Dotações	7.260,00	Acréscimo	119	7.260,00
								Total	**7.260,00**
							Redução	119	7.260,00
								Total	**7.260,00**
7922	27/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	150.000,00	Acréscimo	118	150.000,00
								Total	**150.000,00**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.5/2012 e na Decisão Normativa n.5/2013, cujos normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.cert.tce.mg.gov.br, código verificador n. PC-041656.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7929	31/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	002486 - 13/12/2018	3-Anulação de Dotações	232.514,53	Acréscimo	100	114.654,22
								102	117.860,31
								Total	**232.514,53**
							Redução	100	154.654,22
								102	77.860,31
								Total	**232.514,53**
					Total	**34.900.103,88**			

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2.200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.03/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.iti.gov.br, código verificador n. PCA4858

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Gab. Conselheiro Gilberto Diniz
FL

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 1.091.953
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
MUNICÍPIO: MONTE SIÃO
PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019
RESPONSÁVEL: JOSÉ POCAI JÚNIOR

À Secretaria da Segunda Câmara,

Não obstante a conclusão explicitada no relatório da Unidade Técnica, especificamente no que diz respeito ao exame dos créditos adicionais à luz do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, determino, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no inciso LV do art. 5º da Constituição da República, e nos termos do inciso II do § 1º do art. 166, do § 1º do art. 151 e do inciso II do art. 168 do Regimento Interno, Resolução nº 12, de 2008, a citação do Sr. **JOSÉ POCAI JÚNIOR**, concedendo-lhe vista dos autos para que, **no prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis**, apresente as alegações e/ou documentos que julgar pertinentes acerca dos fatos apontados no relatório técnico, notadamente quanto à abertura de Créditos Suplementares/Especiais, sem recursos disponíveis, sendo R$189.900,00 por excesso de arrecadação e R$550.664,27 por superávit financeiro, o que contraria o disposto no art. 43 da Lei 4.320, de 1964, c/c parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ao ensejo, **cientifique-se-lhe** que os arquivos digitais atinentes ao relatório técnico e demais documentos que serviram de base para análise das contas, que tramitam de forma eletrônica, por força da Resolução nº 16, de 2017, e da Portaria nº 28/PRES./2018, se encontram disponíveis para acesso no Portal do Tribunal, no endereço www.tce.mg.gov.br – na Aba: "Informações e Serviços", Funcionalidade: "Secretaria Virtual – e-TCE".

Comunique-se, ainda, que a defesa deverá ser apresentada por ele próprio ou por procurador devidamente constituído, conforme *caput* do art. 164 da Resolução nº 12, de 2008, e que a não manifestação no prazo assinado implicará a apreciação com base no atual estágio de instrução do processo.

O ofício de citação deverá ser enviado para o local de trabalho, bem como para o endereço domiciliar ou residencial do prestador.

Manifestando-se o responsável, encaminhem-se os autos à CACGM/DCEM.

Após análise técnica ou transcorrido o prazo *in albis*, retornem-me os autos conclusos.

Tribunal de Contas, em 15/12/2020.

GILBERTO DINIZ
CONSELHEIRO RELATOR

GD25/GD4

ocumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2317171

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria da 2ª Câmara

Ofício nº 295/2021 – Secretaria da 2ª Câmara

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2021.

Senhor Prefeito,

Nos termos do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Gilberto Diniz, Relator dos autos de **nº 1.091.953 – Prestação de Contas do Executivo Municipal de Monte Sião**, comunico-lhe que foi determinada **a citação** de V. Exa. para que, **no prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis**, apresente as alegações e documentos que entender pertinentes acerca dos fatos apontados no relatório técnico, notadamente quanto a Abertura de Créditos Suplementares/Especiais, sem recursos disponíveis, sendo R$189.900,00 por excesso de arrecadação e R$550.664,27 por superávit financeiro, o que contraria o disposto no art. 43 da Lei 4.320, de 1964, c/c parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Cientifico-lhe que os arquivos digitais atinentes ao relatório técnico e demais documentos que serviram de base para análise das contas, que tramitam de forma eletrônica, por força da Resolução nº 16, de 2017, e da Portaria nº 28/PRES./2018, se encontram disponíveis para acesso no Portal do Tribunal, no endereço www.tce.mg.gov.br – na Aba: "Informações e Serviços", Funcionalidade: "Secretaria Virtual – e-TCE".

Informo-lhe que, conforme estabelece a Resolução nº 16/2017, nas Prestações de Contas do Executivo Municipal e seguintes, o Tribunal **não receberá documentos físicos enviados pelo Correio ou apresentados presencialmente no Protocolo** e somente serão aceitas manifestações de defesa encaminhados ao Tribunal por meio do E-TCE e assinadas digitalmente por V. Exa. ou por procurador regularmente constituído.

Cientifico-lhe que, caso seja necessária a alteração de dados nas remessas enviadas via Sicom V. Exa. poderá adotar os procedimentos de substituição de remessa disponíveis no Portal do SICOM, nos termos da Instrução Normativa nº 04/2017, utilizando-se do Passo a Passo Para Autorizar Substituta da PCA (aba "Orientações"). As substituições somente poderão ser realizadas a partir da juntada do Aviso de Recebimento (A.R.) deste oficio dos autos, o que pode ser acompanhado por meio do E-TCE.

Cientifico-lhe, ainda, que sua defesa deverá ser apresentada por V. Exa. ou por procurador devidamente constituído, conforme *caput* do art. 164 da Resolução nº 12, de 2008, e que a ausência de manifestação no prazo assinado implicará a apreciação dos autos com base no atual estágio da instrução processual.

Atenciosamente,

Anabella Marcatti Leôncio
Diretora em exercício
(assinado eletronicamente)

Exmo. Sr.
José Pocai Júnior
Prefeito do Município de Monte Sião

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
ı.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2327080

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. ____
MINAS GERAIS

Processo n. 1091953
Data: 15/02/2021

TERMO DE JUNTADA DE A. R.

Juntei a estes autos o presente Aviso de Recebimento de correspondência dos correios, referente ao ofício 295/2021.

_____

Sônia Maria Sabino Tenório

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2342289

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo nº.:	**1091953**
Natureza:	**PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**
Relator Anterior:	**CONS. GILBERTO DINIZ**
Competência Anterior:	**SEGUNDA CÂMARA**
Relator Atual:	**CONS. GILBERTO DINIZ**
Competência Atual:	**PRIMEIRA CÂMARA**
Motivo:	**MUDANÇA DE COLEGIADO**
Data/Hora:	**17/02/2021 17:41:05**

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da Primeira Câmara

Processo n. 1091953

CERTIDÃO DE NÃO MANIFESTAÇÃO

Certifico que, até a presente data, às 00:40 horas, conforme informações obtidas no Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP, o(a) JOSE POCAI JUNIOR não se manifestou, embora regularmente citado / intimado.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 18/03/2021.
Diretor(a)
Secretaria da Primeira Câmara
(Documento assinado eletronicamente)

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa ...05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2374536

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. ____
MINAS GERAIS

Processo n. 1091953
Data: 23/09/2021

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Encaminho os presentes autos conclusos ao Relator em cumprimento à determinação de fl(s). peça 15.

Alexandre Pires de Lima
Diretor
(assinado eletronicamente)

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
ı.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2549920

Gab. Conselheiro Gilberto Diniz
FL.

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 1.091.953
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
MUNICÍPIO: MONTE SIÃO
PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019
RESPONSÁVEL: JOSÉ POCAI JÚNIOR

À Secretaria da Segunda Câmara,

Trata-se da prestação de contas de responsabilidade do Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativa ao exercício financeiro de 2019.

Em cumprimento ao despacho por mim exarado em 15/12/2020 (peça nº 15), essa Secretaria procedeu à citação do prestador, por meio do Ofício nº 295/2021, datado de 14/1/2021 (peça nº 16), vindo aos autos a informação de que, embora regularmente citado, o responsável deixou transcorrer *in albis* o prazo para defesa, conforme Certidão de "Não Manifestação", passada pela Secretaria da Primeira Câmara (peça nº 19).

Ocorre que, ao compulsar os autos, constatei que, apesar de ter sido expedido o "Termo de Juntada de A.R." (peça nº 17), o Aviso de Recebimento – AR correspondente ao ofício de citação não foi efetivamente juntado ao processo.

Assim, retorno o feito a essa Secretaria para que promova a juntada do referido documento aos autos.

Em seguida, conclusos.

Tribunal de Contas, em 27/9/2021.

GILBERTO DINIZ
CONSELHEIRO RELATOR

GD4/

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2553673

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. ____
MINAS GERAIS

Processo n. 1091953
Data: 04/10/2021

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Encaminho os presentes autos conclusos ao Relator após cumprida a determinação de fl(s). peça 21.

_____

Alexandre Pires de Lima
Diretor
(assinado eletronicamente)

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2558201

AVISO DE RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

TCEMG - SECRETARIA DA 2 CAMARA

Num.Oficio:295/2021

Proc./Doc.: 1091953

2021295

Destinatario:

JOSE POCAI JUNIOR

Endereco:

RUA MAURICIO ZUCATO - 111 - PREFEITURA MUNICIPAL

CENTRO

37580000 - MONTE SIAO - MG

Mat.: 11930

ENDEREÇO

CEP / *CODE PO*

NATUREZA DO

R DÉCLARE

ASSINATURA DO

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL

Francisca A Costante Mauro

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RG 744.719 SSPMG

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

8418741?

25 JAN 2021

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2558189



Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2558189

Gab. Conselheiro Gilberto Diniz
FL

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 1.091.953
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
MUNICÍPIO: MONTE SIÃO
PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019
RESPONSÁVEL: JOSÉ POCAI JÚNIOR

Ao Ministério Público junto ao Tribunal,

Considerando que o Sr. José Pocai Júnior, Prefeito Municipal, embora regularmente citado, deixou transcorrer *in albis* o prazo para defesa, conforme Certidão de "Não Manifestação" passada pela Secretaria da Primeira Câmara (peça nº 19), encaminho os autos a esse Órgão Ministerial, para manifestação.

Em seguida, conclusos.

Tribunal de Contas, em 5/10/2021.

GILBERTO DINIZ
CONSELHEIRO RELATOR

GD4/

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2560111

por excesso de arrecadação e R$550.664,27 por superávit financeiro, o que contraria o disposto no art. 43 da Lei 4.320, de 1964, c/c parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000" (Peça 15)

7. Citado, o gestor responsável não se manifestou (Peça nº 19), e, em seguida, V. Exa encaminhou os autos a este Ministério Público de Contas para manifestação (Peça nº 24).

8. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis

9. A discussão versa sobre a abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis para ocorrer a despesa, contrariando o art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964.

10. É de conhecimento geral que o art. 167, V, da CR/88 preceitua que:

> Art. 167. São vedados:
>
> [...]
>
> V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

11. O art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, dispõe:

> Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

12. Relembre-se, em primeiro lugar, que, de acordo com a melhor técnica de interpretação legislativa, a lei não contém palavras inúteis. Nesse sentido é a doutrina jurídica de Carlos Maximiliano[2], fundamentada na obra de Hans Kelsen:

> É princípio basilar de hermenêutica jurídica aquele segundo o qual a lei não contém palavras inúteis: *verba cum effectu sunt accipienda*. Não se presumem, na lei, palavras inúteis.

13. Assim, não se pode deixar de considerar que a Lei federal nº 4.320, de 1964, afirma, taxativamente, que a abertura de créditos adicionais **depende da existência de recursos disponíveis** para ocorrer a despesa.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2590751

14. Além disso, o orçamento brasileiro é atrelado ao programa de governo, conforme o art. 2° da Lei federal nº 4.320, de 1964. Portanto, a execução orçamentária não pode se desvencilhar dos programas decorrentes de um processo de planejamento previamente aprovado pelo Poder Legislativo. Vejamos o dispositivo normativo:

> Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade. (Grifo nosso.)

15. Nessa esteira, no decorrer da execução orçamentária, a administração pública deve se ater a todos os regramentos constitucionais e legais relativos à matéria, que têm por objetivo evitar que a vontade popular aprovada e expressa pela LOA seja descaracterizada na sua essência, com o desvirtuamento dos programas aprovados.

16. Apesar do rigor, a legislação admite modificações do programa aprovado, em decorrência do surgimento de fatos novos durante a execução orçamentária. Essas alterações podem ser implementadas com a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei federal nº4.320,de 1964, ou por meio de estornos de verbas, representados por remanejamentos, transferências ou transposições, na forma do art.167,VI,da C/R88.

17. Todavia, essas modificações não podem ser realizadas sem que se observe as formalidades legais. Afinal, trata-se de alteração de projeto de trabalho discutido e aprovado pelo Poder Legislativo.

18. Por derradeiro, o Tribunal de Contas não tem apenas competência para fiscalizar; como órgão de controle, também tem a função de estimular o planejamento da administração pública, em razão da política de responsabilidade fiscal instituída pela Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

19. No caso, a Unidade Técnica identificou que houve abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, com base em excesso de arrecadação e superávit financeiro, no valor total de R$740.564,27, mas desconsiderou essas irregularidades por interpretá-las como de baixa materialidade. Vejamos:

> 2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8°, LRF)
>
> Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$189.900,00 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8° da LC 101/2000. Entretanto, não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afasta-se o

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2590751

> 2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)
>
> Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R$ 550.664,27, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R$ 249.673,92 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular. Entretanto, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados, afasta-se o apontamento.

20. Ocorre que, no entendimento deste Ministério Público de Contas, esse montante de despesas em desacordo com o art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, não se reveste de baixa materialidade. Entendemos que esse valor (R$740.564,27) é evidentemente relevante financeiramente e pode ter comprometido a execução orçamentária de outros programas de governo aprovados para o exercício de 2019.

21. Assevere-se, ainda, que esse montante bruto de despesas irregulares (R$740.564,27) representa 1,15% da Receita Corrente Líquida do Exercício de 2019 (R$64.132.374,76, fl. 32, Peça nº 13).

22. **Assim, considerando que o gestor foi citado, mas não se manifestou, entendemos que a abertura de créditos suplementares sem comprovação da existência de recursos disponíveis remanesce irregular e deve ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas sob exame.**

CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, este Ministério Público de Contas opina pela emissão de parecer prévio pela **rejeição das contas** supra, com base no art. 45, III, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, **sem prejuízo das recomendações sugeridas**.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2021.

Sara Meinberg
Procuradora do Ministério Público de Contas
(ASSINADO DIGITALMENTE)

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2590751

Gab. Conselheiro Gilberto Diniz
FL.

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 1.091.953
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
MUNICÍPIO: MONTE SIÃO
PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019
RESPONSÁVEL: JOSÉ POCAI JÚNIOR

À Secretaria da Primeira Câmara,

Junte-se aos autos o documento protocolizado sob o nº 90.0089.3000.2021, por meio do qual o Sr. José Pocai Júnior, Prefeito responsável pelas contas em epígrafe, requer a juntada de procuração e demais documentos comprobatórios e, ainda, que todas as publicações sejam realizadas em nome do Sr. Welliton Aparecido Nazário, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 205.575.

Defiro o pedido formulado, devendo essa Secretaria adotar os procedimentos necessários ao cadastro do patrono da parte no Sistema de Gestão e Administração de Processos.

Em seguida, conclusos.

Tribunal de Contas, em 6/12/2021.

GILBERTO DINIZ
CONSELHEIRO RELATOR

GD4/

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2621535

AO DOUTO JUÍZO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 1.091.953

JOSÉ POCAI JÚNIOR, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, neste ato representada por seu procurador que esta subscreve, com endereço eletrônico: welliton@bechelenielima.com, por meio do qual recebe intimações, vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer a juntada de instrumento de Procuração e demais documentos comprobatórios, bem como, habilitação nos presentes autos.

Requer-se também que todas as publicações sejam realizadas exclusivamente em nome deste Patrono, sob pena de nulidade.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Monte Sião, 01/12/2021.

WELLITON APARECIDO NAZARIO:09476381647

Assinado de forma digital por WELLITON APARECIDO NAZARIO:09476381647
Dados: 2021.12.01 17:11:32 -03'00'

Welliton Aparecido Nazário
OAB/MG 205.575

BECHELENI,
NAZARIO & LIMA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

WELLITON APARECIDO NAZARIO:09476381647

Assinado de forma digital por WELLITON APARECIDO NAZARIO:09476381647 Dados: 2021.11.29 13:39:20 -03'00'

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **JOSE POCAI JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, residente na Rua Antonio Guarini, n.º 414, Parque Dona Antonieta, Monte Sião, MG, inscrito no CPF/MF sob nº 314.366.926-87 e portador do RG n.º 1.396.639 (SSP/MG) e da CI 01380492709 (Detran/MG).

OUTORGADOS: Dr. Diego de Araújo Lima, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 144.831, **Dr. Welliton Aparecido Nazario**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 205.575, **Dr. Gabriel Chaves Becheleni Martins**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 167.511, **Dra. Grazzielli Gonçalves Gozer**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 181.381, **Dra. Eskarlate Juliana de Andrade**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 205.390, **Dra. Gabriela Alvarenga Medeiros da Silva**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 184.447, **Dr. Leandro Roberto Carloni,** brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 153.624, e **Dra. Paula Iani Pereira Dias**, solteira, brasileira, advogada, OAB/MG 204.733, todos com escritório estabelecido na Rua Prof. Pedro Aleixo, 144 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-300, Fone: (31) 3264-6451, onde recebem notificações e intimações.

Pelo presente instrumento particular de mandato e pela melhor forma de direito com poderes a quem concede, inclusive os das cláusulas "AD JUDICIA" e "AD NEGOTIA", para o Foro em geral, representá-lo(a) junto ao TCE's e TCU, onde poderá retirar cópias e acompanhá-lo(a) em depoimento, audiências, Juízo, Instância ou Tribunal, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, mover ações judiciais, defender seus direitos e interesses, acompanharem até final julgamento, o processo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, podendo também os procuradores usar dos poderes especiais dispostos no art. 38 do CPC, quais sejam: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, substabelecer essa a outrem, com ou sem reservas de igual poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecimento e firmar compromisso ou acordo bem como agir administrativamente perante aos órgãos públicos competentes para o bom desempenho desse mandato, inclusive de requerer certidões negativas ou positivas nas fazendas federais, estaduais e municipais.

Monte Sião, 23 de novembro de 2021.

JOSÉ POCAI JUNIOR

BECHELENI, NAZARIO & LIMA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **DANIELI ANTONIA DOMINGUES DE FARIA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal, com domicílio na Rua Maurício Zucato, n.º 111, Centro, Monte Sião, MG, inscrita no CPF/MF sob nº 292.505.398-00 e portadora do RG n.º 40.408.955-0 (SSP/SP) e da CI 00736194158 (Detran/SP).

OUTORGADOS: Dr. Diego de Araújo Lima, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 144.831, **Dr. Welliton Aparecido Nazario**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 205.575, **Dr. Gabriel Chaves Becheleni Martins**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 167.511, **Dra. Grazzielli Gonçalves Gozer**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 181.381, **Dra. Eskarlate Juliana de Andrade**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 205.390, **Dra. Gabriela Alvarenga Medeiros da Silva**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 184.447, **Dr. Leandro Roberto Carloni,** brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 153.624, e **Dra. Paula Iani Pereira Dias**, solteira, brasileira, advogada, OAB/MG 204.733, todos com escritório estabelecido na Rua Prof. Pedro Aleixo, 144 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-300, Fone: (31) 3264-6451, onde recebem notificações e intimações.

Pelo presente instrumento particular de mandato e pela melhor forma de direito com poderes a quem concede, inclusive os das cláusulas "AD JUDICIA" e "AD NEGOTIA", para o Foro em geral, representá-lo(a) junto ao TCE's e TCU, onde poderá retirar cópias e acompanhá-lo(a) em depoimento, audiências, Juízo, Instância ou Tribunal, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, mover ações judiciais, defender seus direitos e interesses, acompanharem até final julgamento, o processo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, podendo também os procuradores usar dos poderes especiais dispostos no art. 38 do CPC, quais sejam: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, substabelecer essa a outrem, com ou sem reservas de igual poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecimento e firmar compromisso ou acordo bem como agir administrativamente perante aos órgãos públicos competentes para o bom desempenho desse mandato, inclusive de requerer certidões negativas ou positivas nas fazendas federais, estaduais e municipais.

Monte Sião, 23 de novembro de 2021.

DANIELI ANTONIA DOMINGUES DE FARIA

BECHELENI, NAZARIO & LIMA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **FERNANDA LOURDES RUBIM DE TOLEDO**, brasileira, solteira, advogada, com domicílio na Rua Maurício Zucato, n.º 111, Centro, Monte Sião, MG, inscrita no CPF/MF sob nº 289.980.178-05 e portadora do RG n.º 27.690.209-9 (SSP/SP).

OUTORGADOS: Dr. Diego de Araújo Lima, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 144.831, **Dr. Welliton Aparecido Nazario**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 205.575, **Dr. Gabriel Chaves Becheleni Martins**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 167.511, **Dra. Grazzielli Gonçalves Gozer**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 181.381, **Dra. Eskarlate Juliana de Andrade**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 205.390, **Dra. Gabriela Alvarenga Medeiros da Silva**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 184.447, **Dr. Leandro Roberto Carloni,** brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 153.624, e **Dra. Paula Iani Pereira Dias**, solteira, brasileira, advogada, OAB/MG 204.733, todos com escritório estabelecido na Rua Prof. Pedro Aleixo, 144 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-300, Fone: (31) 3264-6451, onde recebem notificações e intimações.

Pelo presente instrumento particular de mandato e pela melhor forma de direito com poderes a quem concede, inclusive os das cláusulas "AD JUDICIA" e "AD NEGOTIA", para o Foro em geral, representá-lo(a) junto ao TCE's e TCU, onde poderá retirar cópias e acompanhá-lo(a) em depoimento, audiências, Juízo, Instância ou Tribunal, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, mover ações judiciais, defender seus direitos e interesses, acompanharem até final julgamento, o processo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, podendo também os procuradores usar dos poderes especiais dispostos no art. 38 do CPC, quais sejam: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, substabelecer essa a outrem, com ou sem reservas de igual poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecimento e firmar compromisso ou acordo bem como agir administrativamente perante aos órgãos públicos competentes para o bom desempenho desse mandato, inclusive de requerer certidões negativas ou positivas nas fazendas federais, estaduais e municipais.

Monte Sião, 23 de novembro de 2021.

FERNANDA LOURDES RUBIM DE TOLEDO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME
JOSE POCAI JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M1396639 SSP MG

CPF
314.366.926-87

DATA NASCIMENTO
08/07/1960

FILIAÇÃO
JOSE POCAI
MAFALDA ZUCATO POCAI

PERMISSÃO

ACC

CATEGORIA
B

Nº REGISTRO
01380492709

VALIDADE
27/10/2025

1ª HABILITAÇÃO
22/09/1978

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
217912270

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
OURO FINO, MG

DATA EMISSÃO
29/10/2020

Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG
ASSINATURA DO EMISSOR

63885515171
MG583549810

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
217912270

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

VÁLIDO

NOME
DANIELI ANTONIA DOMINGUES DE FARIA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
40408955 SSP/SP

CPF
292.505.398-00

DATA NASCIMENTO
07/04/1981

FILIAÇÃO
ANTONIO DOMINGUES DE FARIA
LOURDES MOREIRA DE FARIA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
00736194158

VALIDADE
26/11/2025

1ª HABILITAÇÃO
17/06/1999

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
21243282223

OBSERVAÇÕES

VÁLIDO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
AGUAS DE LINDOIA, SP

DATA EMISSÃO
26/11/2020

Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP
Assinatura Eletrônica

15150018034
SP003146365

ASSINATURA DO EMISSOR

SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR
21243282223

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

8210-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



NÃO PLASTIFICAR

6F32437A

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **27.690.209-9** 2 via

DATA DE EXPEDIÇÃO 02/12/2014

NOME

FERNANDA LOURDES RUBIM DE TOLEDO

FILIAÇÃO

FERNANDO RUBIM DE TOLEDO

IVANDA FORNER DE TOLEDO

NATURALIDADE

BRAGANÇA PAULISTA - SP

DATA DE NASCIMENTO

07/03/1980

DOC ORIGEM

BRAGANÇA PAULISTA SP BRAGANÇA PAULISTA CN:LV.A219/FLS.27V / Nº09579

CPF

289950178/05

Roberto Avino

Delegado de Polícia Divisionário TIRGD SSP SP

ASSINATURA DO DIRETOR

13272860850

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria da Primeira Câmara

Da: Secretaria da Primeira Câmara

Para: Conselheiro Relator Gilberto Diniz

Senhor Conselheiro Relator,

Recebido nesta Secretaria o presente documento, referente ao processo 1091953, submeto-o à consideração de V. Exa.

Respeitosamente,

Tribunal de Contas, em 02/12/2021

Maria Valéria Menezes de Oliveira
Diretora
(assinado eletronicamente)

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2617855

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. ____
MINAS GERAIS

Processo n. 1091953
Data: 13/12/2021

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Encaminho os presentes autos conclusos ao Relator após cumprida a determinação de fl(s). peça 26.

_____

Maria Valéria Menezes de Oliveira
Diretora
(assinado eletronicamente)

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2627112

Município: 3143401 - Monte Sião

Exercício: 2019

Data e Hora de Geração: 28/03/2022 11:50:47

Histórico das Remessas: 27/03/2022

Período: Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: Todos

Comparativo da Despesa Fixada com a Executada

Classificação da Despesa	Valor Fixado (A)	Alterações Orçamentárias		Valor Atualizado da Despesa (D = A + B - C)	Despesa Executada		
		Acréscimo (B)	Redução (C)		Valor Empenhado (E)	Valor Liquidado (F)	Saldo a Empenhar (D - E)
Órgao: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	67.200.000,00	36.171.291,74	31.456.439,10	71.914.852,64	62.182.766,12	58.407.053,56	9.732.086,52
Órgao: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO	2.800.000,00	256.100,00	256.100,00	2.800.000,00	2.543.313,02	2.062.204,45	256.686,98
Total	**70.000.000,00**	**36.427.391,74**	**31.712.539,10**	**74.714.852,64**	**64.726.079,14**	**60.469.258,01**	**9.988.773,50**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708463

Movimentações do Empenho

Tipo	Número	Data	Fonte de Recurso	Valor
Liquidação de empenho (D)	1	08/10/2019	146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	189.900,00
Pagamento (F)	7313	29/10/2019	146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	189.900,00

Notas Fiscais Vinculadas ao Empenho

Nº da Nota	Padrão de Emissão	Data de Emissão	Valor da Nota Fiscal	Data da Liquidação	Nº da Liquidação
451147	Autorizada por AIDF	16/07/2019	189.900,00	08/10/2019	1
		Total	**189.900,00**		

Movimentação Financeira das Ordens de Pagamentos

Dados Bancários Banco/Conta/Agência	Fonte de Recurso	Pagamento			Documento		Valor
		Número	Data	Tipo	Número	Data	
1 / 20068-9 / 2791-X	146	7313	29/10/2019	99 - Outros		29/10/2019	189.900,00
						Total	**189.900,00**

Detalhamento das Retenções e/ou das Compensações

Código	Descrição	Valor
	Total	

Valores Extra-Orçamentários Antecipados na Folha de Pagamento

Nº do Pagamento	Data do Pagamento	Descrição	Valor
		Total	

Resumo do Empenho

Descrição	Valor
A - Valor bruto	189.900,00
B - Total em reforços	0,00
C - Total anulado	0,00
D - Total liquidado	189.900,00
E - Total anulado para as liquidações	0,00
F - Total de pagamentos efetuados	189.900,00
G - Total de pagamentos anulados	0,00
H - Outras Baixas	0,00
I - Anulação de Outras Baixas	0,00
J - Retenções e Compensações	0,00
K - Antecipação Folha de Pagamento	0,00
Saldo a liquidar (A + B - C - D + E)	0,00
Saldo a pagar (A + B - C - F + G - H + I)	0,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708439

Município: 3143401 - Monte Sião

Exercício: 2019

Histórico das Remessas: 29/03/2022

Data e Hora de Geração: 30/03/2022 08:16:31

Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Período: Janeiro à Dezembro

Movimentação Conta Bancária

Dados da Conta Bancária

Tipo de Conta: Conta Corrente

Data de Cadastro (Mês / Exercício): 09 / 2019

Instituição Financeira: 1 - Banco do Brasil S.A.

Data de Encerramento: 01/04/2021

Agência: 2791 - X

Data de Reativação: -

Código Conta Bancária: 66619

Conta: 20068 - 9 - 20068-9 BANCO DO BRASIL - CAMINHO DA SCOLA

Fonte de Recurso: 146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE

Alteração Conta Bancária: 20068-9 BANCO DO BRASIL - CAMINHO DA ESCOLA

Movimentações

Mês	Tipo de Entrada e Saída	Valor		
		Entrada (B)	Saída (C)	Saldo (D = A + B - C)
Saldo Inicial (A)				**0,00**
Setembro	**1 - Receita orçamentária arrecadada no mês**	190.001,53	0,00	190.001,53
	1.3.2.1.00.1.1 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	101,53	0,00	-
	2.4.1.8.05.1.1 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	189.900,00	0,00	-
	Subtotal do Mês	**190.001,53**	**0,00**	**190.001,53**
Outubro	**1 - Receita orçamentária arrecadada no mês**	360,79	0,00	190.362,32
	1.3.2.1.00.1.1 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	360,79	0,00	-
	8 - Pagamentos efetuados no mês	0,00	189.900,00	462,32
	Pagamentos de Despesas Orçamentárias	0,00	189.900,00	-
	7313 - 29/10/2019 | Outros: - 29/10/2019	0,00	189.900,00	-
	Subtotal do Mês	**360,79**	**189.900,00**	**462,32**
Novembro	**1 - Receita orçamentária arrecadada no mês**	0,39	0,00	462,71
	1.3.2.1.00.1.1 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,39	0,00	-
	2 - Dedução de receita orçamentária	0,00	462,71	0,00
	2.4.1.8.05.1.1 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	462,71	-
	99 - Outras movimentações realizadas no mês	462,71	462,71	0,00
	Outras movimentações	462,71	462,71	-
	Subtotal do Mês	**463,10**	**925,42**	**0,00**
	Saldo Final	**190.825,42**	**190.825,42**	**0,00**

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708442

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	Município	**UF:**	MG
Município:	MONTE SIÃO	**Rede de ensino:**	Municipal
Série / Ano:	4ª série / 5º ano		

4ª série / 5º ano

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Município	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
MONTE SIÃO	4.6	4.5	5.7	6.4	6.3	6.6	6.5	6.4	4.7	5.0	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
*** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 15/09/2020

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
..05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708444

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	Município	**UF:**	MG
Município:	MONTE SIÃO	**Rede de ensino:**	Pública (Federal, Estadual e Municipal)
Série / Ano:	8ª série / 9º ano		

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Município	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
MONTE SIÃO	3.5	4.3	4.1	4.9	5.2	4.9	4.7	5.3	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
*** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 15/09/2020

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
,.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708467

Portal do Governo Brasileiro

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	Município	**UF:**	MG
Município:	MONTE SIÃO	**Rede de ensino:**	Municipal
Série / Ano:	8ª série / 9º ano		

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Município	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
MONTE SIÃO	3.9	4.1	4.4	5.2	5.2	5.4	4.9	5.3	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
*** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 15/09/2020

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708485

SICOM Sistema Informatizado de Contas dos Municípios | CONSULTA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

TCEMG TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Município: 3143401 - Monte Sião

Exercício: 2019

Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Data e Hora de Geração: 28/03/2022 11:43:34

Histórico das Remessas: 27/03/2022

Período: Janeiro à Dezembro

Movimentação da Dotação Orçamentária

Classificação Orçamentária da Despesa

Orgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Unidade Orçamentária: 020090-9 - DESPESAS NAO COMPUTADAS NO ENSINO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0022 - LEVA E TRAZ ESCOLAR

Ação: 1263 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Subação: -

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE

Valor Inicial: 0,00

Tipo Alteração	Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem de Recurso	Valor Alterado
Acréscimo	7614	01/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	2496 - 27/02/2019	2 - Excesso de Arrecadação	189.900,00
					Total	**189.900,00**

Empenhos da Dotação por Subelemento

Subelemento	Valor
4.4.90.52.27 - Veículos Diversos	189.900,00
Total (D)	**189.900,00**

Saldo Orçamentário

Descrição	Valor
Valor Inicial (A)	0,00
Total Acréscimo (B)	189.900,00
Total Redução (C)	0,00
Despesa empenhada (D)	189.900,00
Saldo da dotação (E = A + B - C - D)	0,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contam quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2708466

Processo: **1091953**

Natureza: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Procedência: Prefeitura Municipal de Monte Sião

Exercício: 2019

Responsável: José Pocai Júnior

Procuradores: Diego de Araújo Lima - OAB/MG 144831, Eskarlate Juliana de Andrade - OAB/MG 205390, Gabriel Chaves Becheleni Martins - OAB/MG 167511, Gabriela Alvarenga Medeiros da Silva - OAB/MG 184447, Grazzielli Goncalves Gozer - OAB/MG 181381, Leandro Roberto Carloni - OAB/MG 153624, Paula Iani Pereira Dias - OAB/MG 204733, Welliton Aparecido Nazário - OAB/MG 205575

MPTC: Procuradora Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ

PRIMEIRA CÂMARA – 26/4/2022

PROCESSO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PREFEITO MUNICIPAL. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. CRÉDITOS ADICIONAIS. ABERTURA DE CRÉDITOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS ORIUNDOS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. COMPROVADA A ARRECADAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À DESPESA EXECUTADA. REGULARIDADE. ABERTURA DE CRÉDITOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS ORIUNDOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA INSIGNIFICÂNCIA E DA RAZOABILIDADE. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO. ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO. DESPESAS COM PESSOAL. CUMPRIMENTO. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS 1 E 18. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM). PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES.

1. A abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, tendo como fonte o superávit financeiro, não tem o condão de macular as contas prestadas, porquanto, *in casu*, o valor excedente não se revela expressivo, o que permite a aplicação dos princípios da insignificância e da razoabilidade.

2. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual devem ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 13.005, de 25/6/2014, com o intuito de viabilizar a sua plena execução.

3. Além de manter rígido monitoramento e acompanhamento das metas que tinham cumprimento obrigatório para o exercício financeiro de 2016, é necessária atuação contínua e permanente da Administração para atingir também as demais metas do PNE, ainda que com prazos de atendimento até 2024.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, deliberam os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

I) emitir **PARECER PRÉVIO** pela aprovação das contas anuais de responsabilidade do Sr. José Pocai Júnior, Prefeito Municipal de Monte Sião, no exercício de 2019, com fundamento no disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 2008, e no inciso I do art. 240 da Resolução TC n. 12, de 2008, sem prejuízo das recomendações constantes do inteiro teor deste parecer;

II) registrar que a emissão de parecer prévio pelo Tribunal não impede a apreciação posterior de atos relativos ao mesmo exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora desta Corte de Contas, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia;

III) determinar, por fim, que cumpridos os procedimentos cabíveis à espécie e, ainda, tendo o Ministério Público junto ao Tribunal verificado que o julgamento das contas pela Edilidade observou a legislação aplicável, consoante estatui o art. 239 regimental, bem como adotado as medidas cabíveis no âmbito de sua esfera de atuação, sejam os autos encaminhados diretamente ao arquivo.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro José Alves Viana e o Conselheiro Durval Ângelo.

Presente à sessão o Procurador Daniel de Carvalho Guimarães.

Plenário Governador Milton Campos, 26 de abril de 2022.

GILBERTO DINIZ

Presidente e Relator

(*assinado digitalmente*)

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
PRIMEIRA CÂMARA – 26/4/2022

CONSELHEIRO PRESIDENTE GILBERTO DINIZ:

I – RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas de responsabilidade do Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativa ao exercício financeiro de 2019, que tramita neste Tribunal de forma eletrônica, por força da Resolução n. 16, de 2017, e da Portaria n. 28/PRES./2018.

Na análise técnica, acompanhada da documentação instrutória, foram constatadas ocorrências relacionadas à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964. Não obstante, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados como irregulares, a Unidade Técnica afastou os apontamentos e, ao final do exame, opinou pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, da 2008.

Contudo, por verificar que as ocorrências afetas ao descumprimento do art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964, atingiram o montante de R$740.564,27 (setecentos e quarenta mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), representativo de 1,19% (um vírgula dezenove por cento) da despesa empenhada pelo Poder Executivo no exercício (R$62.182.766,12 – sessenta e dois milhões cento e oitenta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos), determinei, nos termos do despacho constituído pela peça n. 15, a abertura de vista dos autos ao prestador, que, embora regularmente citado, não se manifestou, conforme certidão à peça n. 19.

O Ministério Público junto ao Tribunal opinou pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, sem prejuízo das recomendações sugeridas pela Unidade Técnica.

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Passo a examinar a prestação de contas sob a ótica das disposições contidas na Instrução Normativa n. 4, de 29/11/2017, e na Ordem de Serviço Conjunta n. 02, de 2019.

Da Execução Orçamentária

Do Limite para Abertura de Créditos Adicionais

Na análise técnica inicial foi apontado que, na Lei Orçamentária Anual n. 2486, de 13/12/2018, houve inserção de dispositivo que permitia a elevação em 35% (trinta e cinco por cento) das dotações orçamentárias, prática que se aproxima da concessão ilimitada de créditos, fazendo presumir a falta de planejamento e o desvirtuamento do orçamento-programa, o que colocaria em risco o atingimento dos objetivos e das metas governamentais.

Insta ressaltar que essa ocorrência merece melhor atenção do prestador municipal, por ser indicativa de que o planejamento governamental foi pouco eficiente. O orçamento hoje é considerado importante e indispensável instrumento de planejamento e de implementação das ações governamentais. A concepção do orçamento-programa decorre de previsão contida na Constituição da República, que prescreve rigoroso sistema para atuação governamental, ao determinar que leis de iniciativa do Poder Executivo estabeleçam o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

ıcumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

Desprezar as normas pertinentes à elaboração do orçamento significa reconhecer que deixou ele de ser uma conjunção de objetivos comuns entre o Executivo e o Legislativo, para se tornar peça de ficção ou instrumento de vontade preponderante do administrador público, tornando-se despicienda, então, a limitação legislativa para abertura de créditos.

Nesse contexto, impõe-se ao chefe do Poder Executivo compatibilizar adequadamente, por meio do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, as metas físicas e financeiras para a correta elaboração da lei de meios.

Assim, recomendo ao atual chefe do Poder Executivo adequado planejamento por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, cujas disposições deverão refletir de forma adequada a realidade municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua execução.

Recomendo ainda, ao responsável pelo Controle Interno, o necessário acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e da execução dos programas de governo e dos orçamentos, conforme prescreve o inciso I do art. 74 da Constituição da República.

Dos Créditos Abertos sem Recursos, por excesso de arrecadação

A Unidade Técnica verificou que foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R$189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais), contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964, c/c parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 2000. Entretanto, assinalou que não foram empenhadas despesas, não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afastou o apontamento.

Diferentemente da Unidade Técnica, verifico que os créditos suplementares abertos na fonte 146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE, por excesso de arrecadação, decorreram da edição do Decreto n. 7614, de 2019, cuja dotação suplementada registrou, ao final do exercício, saldo zero, conforme retrata o demonstrativo da "Movimentação da Dotação Orçamentária", que ora faço anexar, permitindo concluir que houve sim execução de despesa no valor total de R$189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

E, conforme demonstrativo de "Movimentação do Empenho" n. 1917, também em anexo, constato que a despesa foi destinada à aquisição de ônibus para o transporte escolar – Processo 23034.015341/2018-25 do FNDE, sendo que a respectiva despesa foi paga com recursos oriundos da conta bancária n. 20068-9, agência 2791-X, do Banco do Brasil, destinada à movimentação dos recursos do programa "Caminho da Escola".

Todavia, o demonstrativo de "Movimentação Conta Bancária, igualmente anexado aos autos, retrata que os recursos correspondentes à despesa foram arrecadados em setembro de 2019, em montante suficiente para acobertar a despesa executada.

Portanto, em que pese não ter sido apurado excesso de arrecadação na fonte 146, no decorrer do exercício em exame, os recursos atinentes ao programa específico e vinculado à despesa executada foram efetivamente arrecadados, diante do que considero elidido o apontamento.

Dos Créditos Abertos sem Recursos, por superávit financeiro

De acordo com o estudo técnico, foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R$550.664,27 (quinhentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964. Ressaltou a Unidade Técnica que apenas R$249.673,92 (duzentos e quarenta e nove mil

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) foram empenhados sem recursos disponíveis.

No entanto, diante da baixa materialidade do valor empenhado, que representa 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) da receita líquida arrecadada no exercício (R$66.240.360,95 – sessenta e seis milhões duzentos e quarenta mil trezentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), a Unidade Técnica afastou o apontamento, seguindo as diretrizes fixadas na Ordem de Serviço Conjunta n. 02/2019, desta Corte, cujo § 7º do art. 1º orienta que, na aferição do cumprimento das disposições previstas nos incisos II, V e VII do art. 167 da Constituição da República e nos arts. 42, 43 e 59 da Lei n. 4.320, de 1964, serão observadas as respostas dadas às Consultas n.s 873.706 e 932.477, a efetiva realização da despesa, bem como a materialidade, risco e a relevância dos valores apontados como irregulares.

Na linha da informação da Unidade Técnica, verifico que o valor em causa, de R$249.673,92 (duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) corresponde a 0,40% (quarenta centésimos por cento) da despesa empenhada pelo Poder Executivo no exercício R$62.182.766,12 (sessenta e dois milhões cento e oitenta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos), conforme Comparativo da Despesa Fixada com a Executada, ora anexado. Assim, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da insignificância, e na esteira de decisões precedentes do Tribunal em casos análogos, *v.g.* nos autos dos Processos n.s 886.887, 887.450 e 896.569, apreciados nas respectivas Sessões de 4/11/2014, 27/2/2014 e 26/3/2015, da Segunda Câmara, entendo que a falha é insusceptível de influenciar o conteúdo da informação e, consequentemente, macular toda a prestação de contas.

Nada obstante, recomendo ao atual Prefeito municipal que atente para a correta e cabal observância das normas de finanças públicas estatuídas na Constituição da República, mormente no art. 167, como também na Lei n. 4.320, de 1964, relativamente à abertura de créditos adicionais. E mais, que determine ao responsável pelo Serviço Municipal de Contabilidade atentar para as normas correlatas ao registro e controle da execução do orçamento por fonte de recurso e para o adequado controle das disponibilidades de caixa, nos termos requeridos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Das Alterações Orçamentárias

A Unidade Técnica analisou os decretos de alterações orçamentárias formalizados no exercício financeiro com o intuito de verificar se houve abertura de créditos adicionais com utilização de fontes de recursos incompatíveis, tendo em vista o entendimento do Tribunal esposado na resposta à Consulta n. 932.477, em 19/11/2014, que versou sobre a abertura de créditos adicionais com utilização de recursos de fontes distintas, com exceção daquelas originadas do Fundeb (118/218 e 119/219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101/201, 102/202), incluídas as fontes 100/200.

Registrou, na oportunidade, que também foi excetuada desta análise a movimentação entre fontes vinculadas aos blocos de financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Fontes 48 a 52 –, tendo como base a regulamentação estabelecida na Portaria do Ministério da Saúde n. 3.992, de 28/12/2017, que alterou a Portaria de Consolidação n. 6/GM/MS, de 28/9/2017, e dispôs sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde.

Desse estudo, concluiu a Unidade Técnica que o Município não formalizou alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, atendendo ao disposto na resposta à Consulta n. 932.477, apreciada por esta Corte em 2014.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

Ressalto, por oportuno, que o controle orçamentário por fonte de recurso tem amparo nas normas estabelecidas na Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial no parágrafo único do art. 8º e no inciso I do art. 50, com o objetivo de viabilizar o adequado controle da disponibilidade de caixa, mediante a individualização do registro e controle da origem e respectiva destinação dos recursos públicos, especialmente os vinculados.

Isso porque os recursos com destinação específica somente podem ser considerados como disponibilidade para as despesas afetas à sua própria finalidade. Para tanto, é essencial, no momento da abertura do crédito adicional, bem como do empenho e pagamento da despesa, que se promova a adequada identificação da fonte de recursos a ser utilizada, se livres ou vinculados, sendo esses últimos detalhados por tipo de vinculação (convênios, saúde, educação, entre outros).

Por todo o exposto, acolho o estudo técnico e concluo que não foram efetivadas, no decorrer do exercício financeiro de 2019, realocações e alterações orçamentárias incoerentes com os termos requeridos na Constituição da República e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dos Índices e Limites Constitucionais e Legais

Do exame da Unidade Técnica, ressai que também foram cumpridos:

a) o limite de 7,00% (sete por cento) definido no art. 29-A da Constituição da República, referente ao repasse de recursos ao Poder Legislativo, que, *in casu*, foi de 6,01% (seis vírgula zero um por cento) da receita base de cálculo;

a) os limites de despesa com pessoal fixados nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, correspondentes aos Poderes Executivo (51,41% – cinquenta e um vírgula quarenta e um por cento) e Legislativo (2,13% - dois vírgula treze por cento), e ao Município (53,54% - cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento), respectivamente; e

b) os índices constitucionais relativos às Ações e Serviços Públicos de Saúde (33,19% -trinta e três vírgula dezenove por cento) e à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (28,99% - vinte e oito vírgula noventa e nove por cento).

Relativamente aos limites de despesa com pessoal e em cumprimento ao disposto nos §§ 5º e 6º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta n. 02, de 2019, a Unidade Técnica, por ocasião da apuração dos percentuais relativos aos gastos com pessoal, buscando melhor demonstrar as consequências do não repasse, pelo Estado de Minas Gerais, dos recursos aos Municípios, acrescentou, ao total da Receita Corrente Líquida (RCL) de cada Município, os valores devidos pelo governo mineiro, *in casu*, o ICMS e o IPVA, concernentes ao exercício financeiro em tela.

Em razão disso, a Receita Corrente Líquida (RCL) apurada por meio do Sicom, de R$63.464.900,21(sessenta e três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos reais e vinte e um centavos), acrescida dos recursos do ICMS/2019 (R$364.271,99 – trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos) e do IPVA/2019 (R$573.202,56 – quinhentos e setenta e três mil duzentos e dois reais e cinquenta e seis centavos), e excluídas as Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (R$270.000,00 – e duzentos e setenta mil reais), foi ajustada para R$64.132.374,76 (sessenta e quatro milhões cento e trinta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos) e, neste cenário, os percentuais relativos à despesa com pessoal seriam de 50,66% (cinquenta vírgula sessenta e seis por cento), 2,10% (dois vírgula dez por cento) e 52,76% (cinquenta e dois vírgula setenta e seis por cento), relativamente aos Poderes Executivo e Legislativo e ao Município, respectivamente.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

Todavia, no caso em análise, o Município demonstrou ter obtido êxito no gerenciamento dos recursos disponíveis no exercício e, a despeito da redução imposta na arrecadação, observou os limites legais estabelecidos para os gastos com pessoal.

Portanto, concluo que os percentuais de gastos com pessoal devem ser considerados sem os ajustes demonstrados no estudo técnico, quais sejam, 51,41% (cinquenta e um vírgula quarenta e um por cento), 2,13% (dois vírgula treze por cento) e 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento), correspondentes aos Poderes Executivo e Legislativo e ao Município, respectivamente.

Registro, no entanto, que todos os percentuais apurados poderão sofrer alterações quando forem examinados os correspondentes atos de ordenamento de despesas, por meio das ações de fiscalização a serem realizadas pelo Tribunal de Contas na municipalidade.

Importante salientar que, dando continuidade ao acompanhamento iniciado nas prestações de contas do exercício financeiro de 2017, o estudo técnico, conferindo critérios qualitativos à análise da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apresentou a situação do Município no que diz respeito ao cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por meio da Lei Federal n. 13.005, de 2014, as quais tinham cumprimento obrigatório até o final do exercício financeiro de 2016.

De acordo com o exame técnico, o Município não cumpriu integralmente a meta 1 estabelecida no referido Plano, de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, porquanto apurado que, até 2019, houve cumprimento de 81,36% (oitenta e um vírgula trinta e seis por cento) da referida meta. Consignou ainda o exame técnico que, até o exercício de 2019, o Município alcançou o índice de 48,73% (quarenta e oito vírgula setenta e três por cento), no tocante à oferta em creches para crianças de até 3 (três) anos, percentual esse que deve ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) até 2024, conforme disposto na mencionada lei.

Quanto à meta 18, a Unidade Técnica constatou que o Município não observou o piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal n. 11.738, de 2008, e atualizado para o exercício financeiro de 2019, não cumprindo o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República, diante do que sugeriu fosse recomendada ao Prefeito municipal a adoção de medidas, para que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional.

Nos termos da Lei n. 13.005, de 2014, o investimento público em educação deve ser direcionado, de forma obrigatória, para o cumprimento das metas e respectivos prazos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, sendo que as metas 1 e 3, que determinam a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, bem como a meta 18, que trata da existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional definido em lei federal, tinham como prazo legal para cumprimento obrigatório o exercício financeiro de 2016.

Frente ao exposto, recomendo ao atual Prefeito do Município de Monte Sião que, ao promover o planejamento dos gastos com educação, atente para a obrigatoriedade de que o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual sejam formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, com o intuito de viabilizar a sua plena execução.

O atual Prefeito deverá ser alertado de que, além de manter rígido monitoramento e acompanhamento das metas destacadas, que tinham cumprimento obrigatório para o exercício

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

financeiro de 2016, as demais metas, ainda que com prazos de atendimento até o ano de 2024, requerem que o Plano Municipal de Educação já estabeleça atuação contínua e permanente da administração pública, de forma a garantir a evolução gradual dos indicadores de cumprimento das metas pactuadas, o que também deverá estar refletido nos instrumentos de planejamento do Município.

Resultado obtido pelo Município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal -IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O estudo técnico apresentou, ao final, os resultados alcançados pelo Município na aferição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, cujo cálculo é realizado com dados obtidos por meio de questionário respondido anualmente pelo Tribunal de Contas pelos jurisdicionados, o qual tem por objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em sete grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

O intuito do IEGM é fornecer informações que permitam ampliar o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública, de forma a possibilitar possíveis correções de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social.

O estudo retrata, ainda, série histórica dos resultados gerais alcançados pelo Município, nos sete indicadores, nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, o que permite o acompanhamento efetivo, tanto por parte do chefe do Poder Executivo municipal, quanto dos demais atores sociais e políticos, dos efeitos das ações porventura adotadas pela Administração e sua repercussão na melhoria da gestão municipal.

In casu, constatou-se que, em 2019, o Município de Monte Sião apresentou IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima (nota C+ = Em fase de adequação), ou seja, resultado inferior ao obtido no exercício financeiro de 2017, o qual revelou IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima (nota B = Efetiva), e idêntico ao obtido no exercício financeiro de 2018, demonstrando que, nesse último exercício (2019), houve retrocesso no resultado, quando comparado com o primeiro ano do mandato do prestador na legislatura.

No exercício sob exame, o Município obteve nota C (baixo nível de adequação – IEGM menor que 50%) nos quesitos meio ambiente, cidades protegidas, educação e governança em tecnologia da informação; e nota C+ (Em fase de adequação - IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima) nos quesitos planejamento e saúde. Em razão disso, recomendo que tais setores recebam atenção prioritária por parte do atual Prefeito Municipal, com vistas à eficiência e efetividade das ações desenvolvidas.

Importante destacar que, no tocante às dimensões educação e saúde, a obtenção das respectivas notas C (Baixo nível de adequação - IEGM menor que 50%) e nota C+ (Em fase de adequação - IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima), demonstra que, relativamente ao primeiro segmento, houve retrocesso no resultado alcançado, em relação a 2017 (primeiro ano do mandato na legislatura), cujo IEGM correspondeu à nota B (Efetiva - IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima), e, no que diz respeito ao segundo, ocorreu estagnação, visto que o resultado do IEGM também representou a nota C+ (Em fase de adequação).

O indicador apurado para a educação deve, ainda, ser analisado em confronto com o resultado alcançado pela municipalidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, ferramenta utilizada para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

Isso porque, conforme demonstrativos ora anexados, extraídos do sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a rede municipal de ensino atingiu no exercício financeiro de 2019, especificamente para a educação básica no 5º ano do ensino fundamental, pontuação 6,4, atendendo à meta para o período que era de 6,4.

Lado outro, considerando exclusivamente a rede municipal de ensino na educação básica para o 9º ano, a nota foi 5,3, inferior à meta estipulada para o período de 5,6. No entanto, adotando como parâmetro a rede pública como um todo (Federal, Estadual e Municipal), o índice de 2019 para o 9º ano foi de 5,3, atendendo à meta estipulada para o período de 5,3, conforme retratado nos demonstrativos anexos.

A análise empreendida permite dimensionar os resultados da política pública em prol da qualidade da educação sob responsabilidade do Município, que, aliada ao exame do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, oferece norte a ser seguido pelos agentes envolvidos no processo de construção de um sistema educacional público eficiente e de qualidade, em especial a sociedade civil, que, por meio dos órgãos colegiados como os Conselhos de Educação e/ou do FUNDEB, entre outros, se municiam de informações e subsídios concretos para exigir do Poder Público melhoria crescente da educação.

Do Relatório de Controle Interno

O estudo técnico consignou que o relatório de controle interno apresentado abordou todos os itens exigidos na Instrução Normativa n. 04, de 29/11/2017, e que o parecer do controle interno foi pela regularidade das contas.

Ao responsável pelo órgão de controle interno, recomendo que não se descure do cumprimento das exigências contidas em dispositivos legais e em normativos deste Tribunal de Contas, bem como o acompanhamento da gestão municipal, conforme dispõe o § 1º do art. 74 da Constituição da República, alertando-o de que, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverá dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Por fim, recomendo ao atual chefe do Poder Executivo que sejam mantidos em arquivo, devidamente organizado, todos os documentos relativos aos atos de gestão praticados no exercício financeiro em tela, observados os atos normativos desta Corte, os quais deverão ser disponibilizados ao Tribunal mediante requisição ou durante as ações de fiscalização a serem realizadas na municipalidade. E mais, que determine ao responsável pelo Serviço Municipal de Contabilidade a cabal observância das instruções normativas deste Tribunal, mormente as relativas ao municiamento de informações ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – Sicom.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto na fundamentação, com fulcro nas disposições do inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 2008, e do inciso I do art. 240 da Resolução TC n. 12, de 2008, voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas anuais prestadas pelo Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativas ao exercício financeiro de 2019, tendo em vista a regularidade na abertura de créditos orçamentários e adicionais e o cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais examinados na prestação de contas apresentada, os quais poderão sofrer alterações por ocasião das ações de fiscalização do Tribunal, com as recomendações constantes na fundamentação.

Registro que a emissão de parecer prévio pelo Tribunal não impede a apreciação posterior de atos relativos ao mesmo exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

irregularidades ou da própria ação fiscalizadora desta Corte de Contas, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Ao final, cumpridos os procedimentos cabíveis à espécie e, ainda, tendo o Ministério Público junto ao Tribunal verificado que o julgamento das contas pela Edilidade observou a legislação aplicável, consoante estatui o art. 239 regimental, bem como tendo o *Parquet* de Contas adotado as medidas cabíveis no âmbito de sua esfera de atuação, sejam os autos encaminhados diretamente ao arquivo.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

De acordo.

CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE GILBERTO DINIZ:

APROVADO O VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO O PROCURADOR DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES.)

* * * * *

dds

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres

PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL Nº **1091953**

CERTIDÃO

Certifico que foram disponibilizados, no Diário Oficial de Contas do dia **03/05/2022**, a ementa e o inteiro teor do Parecer Prévio, para ciência das partes.

FLAVIA ROBERTA GUIMARAES SANTOS - TC 2712-7

(*assinado digitalmente*)

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2733054

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl.
MINAS GERAIS

Processo nº: 1091953 - ELETRÔNICO

Data: 29/06/2022

CERTIDÃO

Certifico que o Sr. José Pocai Júnior é o atual Prefeito do Município de Monte Sião, conforme consulta ao site do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, tornando-se desnecessária nova intimação para o atual gestor, conforme art. 167 da Resolução n°12/2008.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

SLR

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2807318

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl.
MINAS GERAIS

Processo n.: 1091953 - ELETRÔNICO

Data: 29/06/2022

CERTIDÃO

Certifico que a deliberação de 26/04/2022, disponibilizada no "Diário Oficial de Contas" de 03/05/2022, transitou em julgado em 20/06/2022, considerando a contagem do prazo em dias úteis.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

SLR

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2807314

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação
Av. Raja Gabáglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185

Ofício n.: 10855/2022
Processo n.: 1091953 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 29 de junho de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
Antônio Osvaldo Inácio
Presidente da Câmara Municipal de Monte Sião

Senhor Presidente,

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.ª que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 26/04/2022, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 03/05/2022.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do ***Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP***, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Respeitosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE
Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br
Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público-SIMP, ligar para (31) 3348-2196

cumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa 05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2808934

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação
Av. Raja Gabáglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2576

Ofício n.: 10854/2022

Processo n.: 1091953 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 29 de junho de 2022.

Ao Senhor
Marcelo Ferrari
Responsável pelo Controle Interno
Prefeitura Municipal de Monte Sião

Senhor Controlador Interno,

Comunico que há recomendação a V. S.ª no parecer prévio emitido na Sessão do dia 26/04/2022, e, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 03/05/2022, sobre as contas desse Município, referente ao processo acima epigrafado e constante da Ementa, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Atenciosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE

As defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos relativos a processos físicos e eletrônicos deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais em qualquer caso.

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br

SI R

ocumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa
05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2808933

C O N C L U S Ã O

Aos 18 dia do mês de julho de 2022, os faço concluso ao Sr. Presidente, e para constar lavrei este termo.

Eu_____

Bruno Wesley Sabino
Agente Administrativo I

Vistos etc...

Envie-se cópia para as comissões abaixo e à Assessoria Jurídica da Câmara.

Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa

Monte Sião, em 18 de julho de 2022.

ANTONIO OSVALDO INÁCIO
PRESIDENTE DA CÂMARA

Certifico e dou fé haver expedido o Parecer Prévio Sobre as Contas do Executivo Municipal – Exercício 2019, para as comissões abaixo e para Assessoria Jurídica.

- [ ] Justiça e Redação
- [x] Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa
- [ ] Educação, Cultura e Esportes
- [ ] Saúde e Assistência Social
- [ ] Turismo, Indústria e Comércio
- [ ] Meio Ambiente
- [ ] Obras Serviços Públicos e Outros

Para análises e o devido parecer.

Monte Sião, 18 de julho de 2022.

_____

Bruno Wesley Sabino
Agente Administrativo I

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA AO PROCESSO TCE/MG Nº 1091953, QUE DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO/MG REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019.

RELATÓRIO

Há de se ressaltar, inicialmente, que este parecer foi antecedido por processo administrativo, devidamente instaurado no âmbito interno desta Casa de Leis.

A fim de propiciar toda lisura a este processo, conforme exigências da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e, mormente, às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, consignadas no inciso LV, do art, 5º, da Lei Maior, em prol da análise e julgamento das contas examinadas, ora sob a responsabilidade do ilustre Sr. José Pocai Júnior.

Inicialmente, o responsável pelas contas, Sr. José Pocai Júnior, e também o chefe do Poder Executivo Prefeito José Pocai Junior, foram devidamente intimados pela Comissão Financeira e Orçamentária Externa de Orçamento, Finanças e Contabilidade a prestarem as alegações que julgassem necessárias conforme preceitua o artigo 31, incisos e alíneas da Lei Orgânica Municipal.

O intimado e Prefeito Municipal José Pocai Júnior, quedou-se inerte.

Diante dessas alegações, cabe nos apresentar o seguinte relatório.

Primeiramente, devemos esclarecer que a competência para aprovar ou rejeitar contas municipais é da Câmara de Vereadores e não do Tribunal de Contas. Este último, apenas emite pareceres, mas não julga as contas dos prefeitos.

Ainda devemos que o julgamento em comento é **das contas anuais** e não do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que apenas opina sobre as mesmas, sendo as comissões permanentes e o plenário da Câmara Municipal, soberanos para concordar com o parecer ou rejeitá-lo.

Desta forma, em hipótese alguma a prestação de contas anuais poderá ter sua aprovação ou rejeição sem que antes tenha sido cumprido com rigor os dispositivos contidos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Monte Sião.

O artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, disciplina a forma procedimental que o processo deverá tramitar, *"in verbis"*:

> ***Art. 31. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:***
>
> ***VII - tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 180 dias do recebimento, observados os seguintes preceitos:***
>
> *a) de posse do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária, determinará sua leitura, despachando em seguida à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa;*
>
> *b)* ***recebendo o parecer prévio, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa, dentro de 10 (dez) dias, ordenará a notificação do Prefeito, com a remessa de cópias do parecer e documentos que o instruírem, para que, no prazo de 15 (quinze) dias,***

prorrogável por mais 15 (quinze) dias, apresente defesa por escrito, indique as provas que pretende produzir, junte documentos e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez);

c) decorrido o prazo de defesa, com ou sem apresentação, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária Externa, designará desde logo o início da instrução, e determinará os atos, as diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas arroladas;

d) O Prefeito deverá ser notificado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiência, bem como formular perguntas e reperguntas as testemunhas;

e) concluída a instrução, será aberta vista do processo ao Prefeito, para razões escritas, no prazo de 15 (quinze) dias, e após, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, emitirá parecer pela aprovação ou rejeição das contas, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão extraordinária de julgamento;

j) na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final o Prefeito, ou seu

procurador, terá o prazo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

g) concluída a defesa, proceder-se-á a votação nominal, por ordem alfabética. Concluído o julgamento das contas, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal, expedindo, em seguida, o competente Decreto Legislativo de aprovação ou rejeição das contas;

h) o parecer do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara; i) qualquer que seja o resultado, o Presidente da Câmara deverá comunicar a Justiça Eleitoral e o Ministério Público para todos os fins de direito;

Verifica-se, assim, o dever de se respeitar o princípio do contraditório e da ampla defesa ao município e ao prestador de contas enquanto pessoa física.

Pois no paradigma do estado democrático de direito e do constitucionalismo pós-moderno (ou neoconstitucionalismo) o processo afigura-se como instrumento fundamental para promover a efetivação das garantias positivadas na Constituição em prol dos cidadãos, devendo desenvolver-se em consonância aos princípios constitucionais.

Ademais, devido à sobrelevada importância do postulado do devido processo legal e seus consectários, inclusive aos processos administrativos, consoante preceitua a Constituição da República vigente, dessume-se que o exercício dos poderes afetos à administração pública, poder legislativo está irremediavelmente condicionado aos princípios do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Nesse contexto, o devido processo legal consubstancia-se como postulado fundamental, na medida em que visa garantir a existência de um processo

ordenado (procedimental), desenvolvido nos termos da lei.Por outro lado, em sua cariz substantiva, busca-se extirpar as intromissões arbitrárias e indevidas do Estado em detrimento aos direitos fundamentais constitucionalmente tutelados.

Observa-se, então, que os princípios da ampla defesa e do contraditório emergem como essenciais e indispensáveis para conferirem validade e legitimidade aos julgamentos, em superação a situação outrora vivenciada pelos cidadãos que não podiam reagir, de forma efetiva, aos arroubos de autoritarismo, sobretudo por não terem acesso à essência e aos mecanismos das instâncias estatais, no desenrolar de um verdadeiro "Processo Kafkaniano".

Pode-se afirmar, hodiernamente, que tais princípios têm incidência direta e inarredável nos processos de controle instaurados pelos tribunais de contas, que devem cientificar os jurisdicionados e todos aqueles que possam ser afetados em decorrência de sua atuação constitucional, concedendo-lhes oportunidade de se manifestarem e apresentarem argumentos que contribuam para um deslinde processual favorável.

Assim, as entidades de fiscalização superior, sob os auspícios do devido processo legal em suas duas vertentes e por imposição constitucional, têm obrigação de assegurar todos os meios necessários para que a atuação dos interessados seja efetiva, propiciando-lhes acesso aos autos, apresentação de razões e contrarrazões e produção ou requerimento de provas, entre outras medidas processuais.

Em suma, o cerceamento de defesa, em seus mais variados aspectos, produz estigma indelével às decisões proferidas, por flagrante inconstitucionalidade e por ofender frontalmente os baldrames da concepção do estado democrático de direito.

Portanto, as deliberações exaradas pela Comissão Financeira Orçamentária Externa, em especial a intimação do atual gestor Sr. Prefeito José Pocai Junior, visou resguardar o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa da administração pública do Municipio de Monte Sião, para não haver dissonância aos primados do devido

processo legal, notadamente aquelas prolatadas em procedimentos que envolvam a participação política, o que fragiliza, sobremaneira, a efetividade das decisões.

DA APRECIAÇÃO DAS CONTAS APRESENTADAS AO TRIBUNAL:

É oportuno ressaltar, que a prestação de constas 1091953, que ora se examina em uma primeira decisão tiveram pareceres pela rejeição das contas tanto do setor técnico como do Ministério Público de Contas o que culminou na decisão de aprovação das contas, senão vejamos:

> *" Diante do exposto na fundamentação, com fulcro nas disposições do inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 2008, e do inciso I do art. 240 da Resolução TC n. 12, de 2008, voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas anuais prestadas pelo Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativas ao exercício financeiro de 2019, tendo em vista a regularidade na abertura de créditos orçamentários e adicionais e o cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais examinados na prestação de contas apresentada, os quais poderão sofrer alterações por ocasião das ações de fiscalização do Tribunal, com as recomendações constantes na fundamentação. Registro que a emissão de parecer prévio pelo Tribunal não impede a apreciação posterior de atos relativos ao mesmo exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora desta Corte de Contas, seja sob a ótica*

financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia. Ao final, cumpridos os procedimentos cabíveis à espécie e, ainda, tendo o Ministério Público junto ao Tribunal verificado que o julgamento das contas pela Edilidade observou a legislação aplicável, consoante estatui o art. 239 regimental, bem como tendo o Parquet de Contas adotado as medidas cabíveis no âmbito de sua esfera de atuação, sejam os autos encaminhados diretamente ao arquivo.

Conforme disposição do referenciado acórdão observamos que, as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento Anual do município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento as legislações de regência.

Extraísse ainda, que, é dever examinar as contas sob o enfoque dos critérios de materialidade, relevância, oportunidade e risco, cuja aplicabilidade pelos Tribunais de Contas encontra respaldo em normas consagradas de auditoria governamental aplicáveis ao controle externo e que estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2019, com exceção das recomendações apresentadas e, assevera que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições.

Observamos e, atentamos para o disposto no Parecer que observa a análise técnica e o Parecer Prévio do TCE/MG sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, lembrando que o seu julgamento pela

Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito enquanto ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Colhe-se, ainda, a informação de que, o Tribunal de contas ao emitir o Parecer Prévio formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação as normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais.

Por todo o exposto, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa, orienta os nobres *edis* pela APROVAÇÃO das Contas do Prefeito Sr. José Pocai Júnior no exercício financeiro de 2019, de acordo com o ordenamento jurídico e contábil em vigor e, ainda, das análises e orientações do TCE/MG por suas unidades técnicas, Ministério Público de Contas e Conselheiros.

Câmara Municipal de Monte Sião, 05 de outubro de 2022.

MAURICIO ZUCATO JUNIOR

Presidente da Comissão Financeira e Orçamentária Externa

DÉCIO FRED

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA

Recebi em 28/07/2022

Ofício Nº 2/2022
Data: 19/Julho/2022

Senhor Prefeito,

Pelo presente, na forma do artigo 31, inciso VII, alínea b da Lei Orgânica Municipal notificamos Vossa Excelência, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa por escrito, indique provas ou ainda arrole testemunhas, no máximo de 10 (dez), no Processo do Parecer Prévio da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício de 2.019, se assim desejar.

Segue anexo, cópia do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa

Angélica Artuso de Souza
Relator

Décio Fred
Vice-Presidente

Processo: 1091953

Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Procedência: Prefeitura Municipal de Monte Sião

Exercício: 2019

Responsável: José Pocai Júnior

Procuradores: Diego de Araújo Lima - OAB/MG 144831, Eskarlate Juliana de Andrade - OAB/MG 205390, Gabriel Chaves Becheleni Martins - OAB/MG 167511, Gabriela Alvarenga Medeiros da Silva - OAB/MG 184447, Grazzielli Goncalves Gozer - OAB/MG 181381, Leandro Roberto Carloni - OAB/MG 153624, Paula Iani Pereira Dias - OAB/MG 204733, Welliton Aparecido Nazário - OAB/MG 205575

MPTC: Procuradora Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ

PRIMEIRA CÂMARA – 26/4/2022

PROCESSO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PREFEITO MUNICIPAL. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. CRÉDITOS ADICIONAIS. ABERTURA DE CRÉDITOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS ORIUNDOS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. COMPROVADA A ARRECADAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À DESPESA EXECUTADA. REGULARIDADE. ABERTURA DE CRÉDITOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS ORIUNDOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA INSIGNIFICÂNCIA E DA RAZOABILIDADE. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO. ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO. DESPESAS COM PESSOAL. CUMPRIMENTO. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS 1 E 18. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM) PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES.

1. A abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, tendo como fonte o superávit financeiro, não tem o condão de macular as contas prestadas, porquanto, *in casu*, o valor excedente não se revela expressivo, o que permite a aplicação dos princípios da insignificância e da razoabilidade.

2. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual devem ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 13.005, de 25/6/2014, com o intuito de viabilizar a sua plena execução.

3. Além de manter rígido monitoramento e acompanhamento das metas que tinham cumprimento obrigatório para o exercício financeiro de 2016, é necessária atuação contínua e permanente da Administração para atingir também as demais metas do PNE, ainda que com prazos de atendimento até 2024.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
PRIMEIRA CÂMARA – 26/4/2022

CONSELHEIRO PRESIDENTE GILBERTO DINIZ:

I – RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas de responsabilidade do Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativa ao exercício financeiro de 2019, que tramita neste Tribunal de forma eletrônica, por força da Resolução n. 16, de 2017, e da Portaria n. 28/PRES./2018.

Na análise técnica, acompanhada da documentação instrutória, foram constatadas ocorrências relacionadas à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964. Não obstante, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados como irregulares, a Unidade Técnica afastou os apontamentos e, ao final do exame, opinou pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, da 2008.

Contudo, por verificar que as ocorrências afetas ao descumprimento do art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964, atingiram o montante de R$740.564,27 (setecentos e quarenta mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), representativo de 1,19% (um vírgula dezenove por cento) da despesa empenhada pelo Poder Executivo no exercício (R$62.182.766,12 – sessenta e dois milhões cento e oitenta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos), determinei, nos termos do despacho constituído pela peça n. 15, a abertura de vista dos autos ao prestador, que, embora regularmente citado, não se manifestou, conforme certidão à peça n. 19.

O Ministério Público junto ao Tribunal opinou pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, sem prejuízo das recomendações sugeridas pela Unidade Técnica.

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Passo a examinar a prestação de contas sob a ótica das disposições contidas na Instrução Normativa n. 4, de 29/11/2017, e na Ordem de Serviço Conjunta n. 02, de 2019.

Da Execução Orçamentária

Do Limite para Abertura de Créditos Adicionais

Na análise técnica inicial foi apontado que, na Lei Orçamentária Anual n. 2486, de 13/12/2018, houve inserção de dispositivo que permitia a elevação em 35% (trinta e cinco por cento) das dotações orçamentárias, prática que se aproxima da concessão ilimitada de créditos, fazendo presumir a falta de planejamento e o desvirtuamento do orçamento-programa, o que colocaria em risco o atingimento dos objetivos e das metas governamentais.

Insta ressaltar que essa ocorrência merece melhor atenção do prestador municipal, por ser indicativa de que o planejamento governamental foi pouco eficiente. O orçamento hoje é considerado importante e indispensável instrumento de planejamento e de implementação das ações governamentais. A concepção do orçamento-programa decorre de previsão contida na Constituição da República, que prescreve rigoroso sistema para atuação governamental, ao determinar que leis de iniciativa do Poder Executivo estabeleçam o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa 05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

Desprezar as normas pertinentes à elaboração do orçamento significa reconhecer que deixou ele de ser uma conjunção de objetivos comuns entre o Executivo e o Legislativo, para se tornar peça de ficção ou instrumento de vontade preponderante do administrador público, tornando-se despicienda, então, a limitação legislativa para abertura de créditos.

Nesse contexto, impõe-se ao chefe do Poder Executivo compatibilizar adequadamente, por meio do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, as metas físicas e financeiras para a correta elaboração da lei de meios.

Assim, recomendo ao atual chefe do Poder Executivo adequado planejamento por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, cujas disposições deverão refletir de forma adequada a realidade municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua execução.

Recomendo ainda, ao responsável pelo Controle Interno, o necessário acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e da execução dos programas de governo e dos orçamentos, conforme prescreve o inciso I do art. 74 da Constituição da República.

Dos Créditos Abertos sem Recursos, por excesso de arrecadação

A Unidade Técnica verificou que foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R$189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais), contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964, c/c parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 2000. Entretanto, assinalou que não foram empenhadas despesas, não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afastou o apontamento.

Diferentemente da Unidade Técnica, verifico que os créditos suplementares abertos na fonte 146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE, por excesso de arrecadação, decorreram da edição do Decreto n. 7614, de 2019, cuja dotação suplementada registrou, ao final do exercício, saldo zero, conforme retrata o demonstrativo da "Movimentação da Dotação Orçamentária", que ora faço anexar, permitindo concluir que houve sim execução de despesa no valor total de R$189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

E, conforme demonstrativo de "Movimentação do Empenho" n. 1917, também em anexo, constato que a despesa foi destinada à aquisição de ônibus para o transporte escolar – Processo 23034.015341/2018-25 do FNDE, sendo que a respectiva despesa foi paga com recursos oriundos da conta bancária n. 20068-9, agência 2791-X, do Banco do Brasil, destinada à movimentação dos recursos do programa "Caminho da Escola".

Todavia, o demonstrativo de "Movimentação Conta Bancária, igualmente anexado aos autos, retrata que os recursos correspondentes à despesa foram arrecadados em setembro de 2019, em montante suficiente para acobertar a despesa executada.

Portanto, em que pese não ter sido apurado excesso de arrecadação na fonte 146, no decorrer do exercício em exame, os recursos atinentes ao programa específico e vinculado à despesa executada foram efetivamente arrecadados, diante do que considero elidido o apontamento.

Dos Créditos Abertos sem Recursos, por superávit financeiro

De acordo com o estudo técnico, foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R$550.664,27 (quinhentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320, de 1964. Ressaltou a Unidade Técnica que apenas R$249.673,92 (duzentos e quarenta e nove mil

...mento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati...

seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) foram empenhados sem recursos disponíveis.

No entanto, diante da baixa materialidade do valor empenhado, que representa 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) da receita líquida arrecadada no exercício (R$66.240.360,95 – sessenta e seis milhões duzentos e quarenta mil trezentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), a Unidade Técnica afastou o apontamento, seguindo as diretrizes fixadas na Ordem de Serviço Conjunta n. 02/2019, desta Corte, cujo § 7º do art. 1º orienta que, na aferição do cumprimento das disposições previstas nos incisos II, V e VII do art. 167 da Constituição da República e nos arts. 42, 43 e 59 da Lei n. 4.320, de 1964, serão observadas as respostas dadas às Consultas n.s 873.706 e 932.477, a efetiva realização da despesa, bem como a materialidade, risco e a relevância dos valores apontados como irregulares.

Na linha da informação da Unidade Técnica, verifico que o valor em causa, de R$249.673,92 (duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) corresponde a 0,40% (quarenta centésimos por cento) da despesa empenhada pelo Poder Executivo no exercício R$62.182.766,12 (sessenta e dois milhões cento e oitenta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos), conforme Comparativo da Despesa Fixada com a Executada, ora anexado. Assim, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da insignificância, e na esteira de decisões precedentes do Tribunal em casos análogos, *v.g.* nos autos dos Processos n.s 886.887, 887.450 e 896.569, apreciados nas respectivas Sessões de 4/11/2014, 27/2/2014 e 26/3/2015, da Segunda Câmara, entendo que a falha é insusceptível de influenciar o conteúdo da informação e, consequentemente, macular toda a prestação de contas.

Nada obstante, recomendo ao atual Prefeito municipal que atente para a correta e cabal observância das normas de finanças públicas estatuídas na Constituição da República, mormente no art. 167, como também na Lei n. 4.320, de 1964, relativamente à abertura de créditos adicionais. E mais, que determine ao responsável pelo Serviço Municipal de Contabilidade atentar para as normas correlatas ao registro e controle da execução do orçamento por fonte de recurso e para o adequado controle das disponibilidades de caixa, nos termos requeridos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Das Alterações Orçamentárias

A Unidade Técnica analisou os decretos de alterações orçamentárias formalizados no exercício financeiro com o intuito de verificar se houve abertura de créditos adicionais com utilização de fontes de recursos incompatíveis, tendo em vista o entendimento do Tribunal esposado na resposta à Consulta n. 932.477, em 19/11/2014, que versou sobre a abertura de créditos adicionais com utilização de recursos de fontes distintas, com exceção daquelas originadas do Fundeb (118/218 e 119/219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101/201, 102/202), incluídas as fontes 100/200.

Registrou, na oportunidade, que também foi excetuada desta análise a movimentação entre fontes vinculadas aos blocos de financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Fontes 48 a 52 –, tendo como base a regulamentação estabelecida na Portaria do Ministério da Saúde n. 3.992, de 28/12/2017, que alterou a Portaria de Consolidação n. 6/GM/MS, de 28/9/2017, e dispôs sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde.

Desse estudo, concluiu a Unidade Técnica que o Município não formalizou alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, atendendo ao disposto na resposta à Consulta n. 932.477, apreciada por esta Corte em 2014.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

Todavia, no caso em análise, o Município demonstrou ter obtido êxito no gerenciamento dos recursos disponíveis no exercício e, a despeito da redução imposta na arrecadação, observou os limites legais estabelecidos para os gastos com pessoal.

Portanto, concluo que os percentuais de gastos com pessoal devem ser considerados sem os ajustes demonstrados no estudo técnico, quais sejam, 51,41% (cinquenta e um vírgula quarenta e um por cento), 2,13% (dois vírgula treze por cento) e 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento), correspondentes aos Poderes Executivo e Legislativo e ao Município, respectivamente.

Registro, no entanto, que todos os percentuais apurados poderão sofrer alterações quando forem examinados os correspondentes atos de ordenamento de despesas, por meio das ações de fiscalização a serem realizadas pelo Tribunal de Contas na municipalidade.

Importante salientar que, dando continuidade ao acompanhamento iniciado nas prestações de contas do exercício financeiro de 2017, o estudo técnico, conferindo critérios qualitativos à análise da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apresentou a situação do Município no que diz respeito ao cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por meio da Lei Federal n. 13.005, de 2014, as quais tinham cumprimento obrigatório até o final do exercício financeiro de 2016.

De acordo com o exame técnico, o Município não cumpriu integralmente a meta 1 estabelecida no referido Plano, de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, porquanto apurado que, até 2019, houve cumprimento de 81,36% (oitenta e um vírgula trinta e seis por cento) da referida meta. Consignou ainda o exame técnico que, até o exercício de 2019, o Município alcançou o índice de 48,73% (quarenta e oito vírgula setenta e três por cento), no tocante à oferta em creches para crianças de até 3 (três) anos, percentual esse que deve ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) até 2024, conforme disposto na mencionada lei.

Quanto à meta 18, a Unidade Técnica constatou que o Município não observou o piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal n. 11.738, de 2008, e atualizado para o exercício financeiro de 2019, não cumprindo o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República, diante do que sugeriu fosse recomendada ao Prefeito municipal a adoção de medidas, para que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional.

Nos termos da Lei n. 13.005, de 2014, o investimento público em educação deve ser direcionado, de forma obrigatória, para o cumprimento das metas e respectivos prazos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, sendo que as metas 1 e 3, que determinam a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, bem como a meta 18, que trata da existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional definido em lei federal, tinham como prazo legal para cumprimento obrigatório o exercício financeiro de 2016.

Frente ao exposto, recomendo ao atual Prefeito do Município de Monte Sião que, ao promover o planejamento dos gastos com educação, atente para a obrigatoriedade de que o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual sejam formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, com o intuito de viabilizar a sua plena execução.

O atual Prefeito deverá ser alertado de que, além de manter rígido monitoramento e acompanhamento das metas destacadas, que tinham cumprimento obrigatório para o exercício

certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normal

financeiro de 2016, as demais metas, ainda que com prazos de atendimento até o ano de 2024, requerem que o Plano Municipal de Educação já estabeleça atuação contínua e permanente da administração pública, de forma a garantir a evolução gradual dos indicadores de cumprimento das metas pactuadas, o que também deverá estar refletido nos instrumentos de planejamento do Município.

Resultado obtido pelo Município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal -IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O estudo técnico apresentou, ao final, os resultados alcançados pelo Município na aferição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, cujo cálculo é realizado com dados obtidos por meio de questionário respondido anualmente pelo Tribunal de Contas pelos jurisdicionados, o qual tem por objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em sete grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

O intuito do IEGM é fornecer informações que permitam ampliar o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública, de forma a possibilitar possíveis correções de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social.

O estudo retrata, ainda, série histórica dos resultados gerais alcançados pelo Município, nos sete indicadores, nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, o que permite o acompanhamento efetivo, tanto por parte do chefe do Poder Executivo municipal, quanto dos demais atores sociais e políticos, dos efeitos das ações porventura adotadas pela Administração e sua repercussão na melhoria da gestão municipal.

In casu, constatou-se que, em 2019, o Município de Monte Sião apresentou IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima (nota C+ = Em fase de adequação), ou seja, resultado inferior ao obtido no exercício financeiro de 2017, o qual revelou IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima (nota B = Efetiva), e idêntico ao obtido no exercício financeiro de 2018, demonstrando que, nesse último exercício (2019), houve retrocesso no resultado, quando comparado com o primeiro ano do mandato do prestador na legislatura.

No exercício sob exame, o Município obteve nota C (baixo nível de adequação – IEGM menor que 50%) nos quesitos meio ambiente, cidades protegidas, educação e governança em tecnologia da informação; e nota C+ (Em fase de adequação - IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima) nos quesitos planejamento e saúde. Em razão disso, recomendo que tais setores recebam atenção prioritária por parte do atual Prefeito Municipal, com vistas à eficiência e efetividade das ações desenvolvidas.

Importante destacar que, no tocante às dimensões educação e saúde, a obtenção das respectivas notas C (Baixo nível de adequação - IEGM menor que 50%) e nota C+ (Em fase de adequação - IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima), demonstra que, relativamente ao primeiro segmento, houve retrocesso no resultado alcançado, em relação a 2017 (primeiro ano do mandato na legislatura), cujo IEGM correspondeu à nota B (Efetiva - IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima), e, no que diz respeito ao segundo, ocorreu estagnação, visto que o resultado do IEGM também representou a nota C+ (Em fase de adequação).

O indicador apurado para a educação deve, ainda, ser analisado em confronto com o resultado alcançado pela municipalidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, ferramenta utilizada para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

...nto assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati...

Isso porque, conforme demonstrativos ora anexados, extraídos do sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a rede municipal de ensino atingiu no exercício financeiro de 2019, especificamente para a educação básica no 5º ano do ensino fundamental, pontuação 6,4, atendendo à meta para o período que era de 6,4.

Lado outro, considerando exclusivamente a rede municipal de ensino na educação básica para o 9º ano, a nota foi 5,3, inferior à meta estipulada para o período de 5,6. No entanto, adotando como parâmetro a rede pública como um todo (Federal, Estadual e Municipal), o índice de 2019 para o 9º ano foi de 5,3, atendendo à meta estipulada para o período de 5,3, conforme retratado nos demonstrativos anexos.

A análise empreendida permite dimensionar os resultados da política pública em prol da qualidade da educação sob responsabilidade do Município, que, aliada ao exame do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, oferece norte a ser seguido pelos agentes envolvidos no processo de construção de um sistema educacional público eficiente e de qualidade, em especial a sociedade civil, que, por meio dos órgãos colegiados como os Conselhos de Educação e/ou do FUNDEB, entre outros, se municiam de informações e subsídios concretos para exigir do Poder Público melhoria crescente da educação.

Do Relatório de Controle Interno

O estudo técnico consignou que o relatório de controle interno apresentado abordou todos os itens exigidos na Instrução Normativa n. 04, de 29/11/2017, e que o parecer do controle interno foi pela regularidade das contas.

Ao responsável pelo órgão de controle interno, recomendo que não se descure do cumprimento das exigências contidas em dispositivos legais e em normativos deste Tribunal de Contas, bem como o acompanhamento da gestão municipal, conforme dispõe o § 1º do art. 74 da Constituição da República, alertando-o de que, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverá dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Por fim, recomendo ao atual chefe do Poder Executivo que sejam mantidos em arquivo, devidamente organizado, todos os documentos relativos aos atos de gestão praticados no exercício financeiro em tela, observados os atos normativos desta Corte, os quais deverão ser disponibilizados ao Tribunal mediante requisição ou durante as ações de fiscalização a serem realizadas na municipalidade. E mais, que determine ao responsável pelo Serviço Municipal de Contabilidade a cabal observância das instruções normativas deste Tribunal, mormente as relativas ao municiamento de informações ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – Sicom.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto na fundamentação, com fulcro nas disposições do inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 2008, e do inciso I do art. 240 da Resolução TC n. 12, de 2008, voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas anuais prestadas pelo Sr. José Pocai Júnior, Prefeito do Município de Monte Sião, relativas ao exercício financeiro de 2019, tendo em vista a regularidade na abertura de créditos orçamentários e adicionais e o cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais examinados na prestação de contas apresentada, os quais poderão sofrer alterações por ocasião das ações de fiscalização do Tribunal, com as recomendações constantes na fundamentação.

Registro que a emissão de parecer prévio pelo Tribunal não impede a apreciação posterior de atos relativos ao mesmo exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de

documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normati

irregularidades ou da própria ação fiscalizadora desta Corte de Contas, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Ao final, cumpridos os procedimentos cabíveis à espécie e, ainda, tendo o Ministério Público junto ao Tribunal verificado que o julgamento das contas pela Edilidade observou a legislação aplicável, consoante estatui o art. 239 regimental, bem como tendo o *Parquet* de Contas adotado as medidas cabíveis no âmbito de sua esfera de atuação, sejam os autos encaminhados diretamente ao arquivo.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

De acordo.

CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE GILBERTO DINIZ:

APROVADO O VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO O PROCURADOR DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES.)

* * * * *

dds

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2731288

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Ofício nº 1715/2022/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2022.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Monte Sião
Estado de Minas Gerais

Assunto: Requisição

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas, na sessão de 26/04/2022, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do Município, referente ao exercício de 2019 (autos nº 1.091.953), de responsabilidade do Sr. José Pocai Júnior, e comunicou ao Presidente da Câmara para o julgamento pelo Legislativo municipal, por meio do Ofício nº 10.855/2022 e A.R. juntado aos autos em 19/07/2022.

Ultrapassado o prazo, não houve resposta.

Nesse contexto, este Ministério Público de Contas REQUISITA a V. Exa. a remessa, mediante o Sistema Informatizado do Ministério Público - SIMP, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, dos documentos que comprovem o julgamento realizado pelos parlamentares municipais, contendo a cópia digitalizada da ata com o julgamento motivado das referidas contas, bem como a relação nominal dos vereadores presentes, o resultado numérico da votação e a resolução ou decreto legislativo editado (devidamente votado, promulgado e publicado) que exteriorize com clareza o resultado obtido, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da juntada do AR aos autos, em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar estadual nº 102/2008.

Deverá, ainda, observar a abertura do contraditório e da ampla defesa ao Chefe do Poder Executivo responsável pelas mencionadas contas, sob pena de anulação do julgamento.

Importante destacar que o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão da maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara municipal, conforme dispõe o art. 31, §2º, da Constituição da República.

Av. Raja Gabáglia, n.1315, Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte - MG, CEP: 30380-435
Tel.: 0XX31 33482467 Fax: 0XX31 33482468
camp@mpc.mg.gov.br

Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

Recebi em 28/07/2022

Ofício Nº 2/2022
Data: 19/Julho/2022

Senhor Prefeito,

Pelo presente, na forma do artigo 31, inciso VII, alínea b da Lei Orgânica Municipal notificamos Vossa Excelência, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa por escrito, indique provas ou ainda arrole testemunhas, no máximo de 10 (dez), no Processo do Parecer Prévio da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício de 2.019, se assim desejar.

Segue anexo, cópia do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa

Angélica Artuso de Souza
Relator

Décio Fred
Vice-Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145

Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145
Dados: 2022.12.07 09:15:08 -03'00'

Ferdinando Guarini, em 05 de Dezembro de 2022.

Antonio Osvaldo Inácio **Presidente**	**Platini dos Santos Pereira** **Vice-Presidente**	**Décio Fred** **Secretário**
Angélica Artuso de Souza **Vereador**	**Ausente** **Donizeti B. da Silva** **Vereador**	**Hércules Divino de Faria** **Vereador**
Gedielson F. Maciel **Vereador**	**Ausente** **Maurício Zucato Junior** **Vereador**	**Sérgio Ricardo de Freitas** **Vereador**

Ata da Décima Primeira Sessão Plenária Extraordinária da Câmara Municipal de Monte Sião, na Segunda Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura. Aos seis dias do mês de Dezembro de 2022, às 9h, reuniu-se a Câmara Municipal de Monte Sião, tendo como Presidente o Vereador Antônio Osvaldo Inácio, como Vice-presidente o Vereador Platini dos Santos Pereira e como 1º Secretário o Vereador Décio Fred. Presentes também os Vereadores: Gedielson Fernandes Maciel, Angélica Artuso de Souza e Sérgio Ricardo de Freitas. Estando ausentes os Vereadores Donizeti Benedito da Silva, Hércules Divino de Faria e Maurício Zucato Junior. Verificada a existência do número regimental, o Presidente Antônio Osvaldo Inácio em nome do povo monte-sionense e sob a proteção Divina declarou aberta a presente sessão. Convidou todos para ouvirem um trecho da Bíblia Sagrada, lido pela Vereadora Angélica Artuso de Souza. Em seguida convidou todos os presentes para um momento de reflexão. – **MATÉRIA DA ORDEM DO DIA: Projeto de Resolução nº 21/2022** de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa: "Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício 2.019". O Projeto de Resolução nº 21/2022 está em discussão. O Projeto de Resolução nº 21/2022 está em votação. O Projeto de Resolução nº 21/2022 foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratato, o senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme vai por todos assinada. Os

comentários, esclarecimentos e detalhes desta reunião, encontram-se gravados em ata eletrônica, áudio e vídeo, com tecnologia digital e mídia DVD sob o nº 46/2022. Sala das Sessões Vereador Ferdinando Guarini, em 06 de Dezembro de 2022.

Antonio Osvaldo Inácio **Presidente**	**Platini dos Santos Pereira** **Vice-Presidente**	**Décio Fred** **Secretário**
Angélica Artuso de Souza **Vereador**	**Ausente** **Donizeti B. da Silva** **Vereador**	**Ausente** **Hércules Divino de Faria** **Vereador**
Gedielson F. Maciel **Vereador**	**Ausente** **Maurício Zucato Junior** **Vereador**	**Sergio Ricardo de Freitas** **Vereador**

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145

Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145 Dados: 2022.12.07 09:13:25 -03'00'

Câmara Municipal de Monte Sião

Minas Gerais

Data	Reunião	Vereador	Frequência
06/12/2022	Reunião Extraordinária	Angélica Artuso de Souza	Presente
		Antonio Osvaldo Inácio	Presente
		Décio Fred	Presente
		Donizeti Benedito da Silva	Ausente
		Gedielson Fernandes Maciel	Presente
		Hércules Divino de Faria	Ausente
		Maurício Zucato Júnior	Ausente
		Platini dos Santos Pereira	Presente
		Sérgio Ricardo de Freitas	Presente

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145

Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145 Dados: 2022.12.07 09:14:23 -03'00'

Votação Única do Projeto de Resolução nº 21/2022
Reunião em 06/12/2022

Ementa: "Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício 2.019".

Entrada: 10/11/2022

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	Presidente		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	Ausente		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	Ausente		
Maurício Zucato Júnior	Ausente		
Platini dos Santos Pereira	X		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	5	0	

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145

Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145
Dados: 2022.12.07 09:14:47 -03'00'

DECRETO LEGISLATIVO Nº 501/2022

Registrado e Publicado na
Câmara Municipal de
- MONTE SIÃO -
Fls. 1158 Nº 501 Livro Nº ____
Em ____/____/____

"Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício 2.019".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG, exercício 2.019 - Prefeito José Pocai Junior.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de Dezembro de 2022.

ANTONIO OSVALDO INÁCIO
PRESIDENTE DA CÂMARA

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

DECIO FRED
1º SECRETÁRIO

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
2º SECRETÁRIA

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145

Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO:41774399000145
Dados: 2022.12.07 09:14:02 -03'00'

Projeto de Resolução Nº 21/2022

Decreto-Legislativo : Nº 501/2022
Processo: 1/2319
Assunto : Contas Municipais
Objeto : Diversos
Entrada : 10/11/2022
Autor : Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa
Situação: Projeto Promulgado
Ementa : "Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Sião, exercício 2.019".

Data	Situação
10/11/2022	Entrada na Câmara
10/11/2022	Despacho da Mesa
10/11/2022	Enviado para Parecer Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa
10/11/2022	Parecer Exarado Favorável Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/12/2022	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/12/2022	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [5] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antônio Osvaldo Inácio (Presidente), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Ausente), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Ausente), Platini Pereira dos Santos (Favorável), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável).
06/12/2022	Encaminhado para Promulgação da Câmara
06/12/2022	Projeto Promulgado - Câmara